

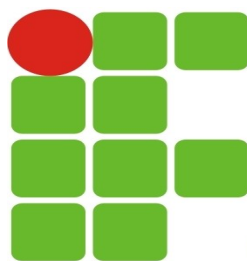


COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

RELATÓRIO FINAL

AUTO-AVALIAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA/IFRR

Boa Vista, março de 2010.



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RORAIMA**

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

REITOR PRÓ TEMPORE DO IFRR

Edvaldo Pereira da Silva

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Roberto de Queiroz Lopes

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Terezinha Filgueiras de Pinho

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Jozilene de Souza

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Daygles Maria Ferreira De Souza

DIRETOR DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

José Gomes Da Silva

DIRETOR GERAL DO CAMPUS BOA VISTA

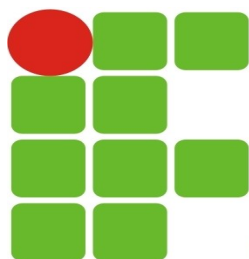
Ananias Noronha Filho

DIRETOR GERAL DO CAMPUS NOVO PARAÍSO

Nadson Castro Dos Reis

DIRETOR GERAL DO CAMPUS AMAJARI

George Sterfson Barros



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RORAIMA**

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

Prof.^a Msc Maria do Rosário Alves Coelho, docente (Coordenadora)

Prof.^a Msc Keyla Guimarães dos Anjos (docente membro)

Prof.^a Esp. Eliana Fernandes Furtado (docente membro)

Prof.^a Esp. Delzina Braz da Silva (Técnico administrativo – membro)

Prof. Esp. Jose Freitas Lima Jr. (docente Membro)

Sérgio Rodrigo Gruberio (Técnico administrativo – membro)

Vilma Chave Silva (Discente-membro)

Natalina Vasconcelos Gavioli (Sociedade Civil – membro)

Raimunda Nonata Rdrigues (sociedade Civil – membro)

APRESENTAÇÃO

No contexto das políticas educacionais, as instituições de ensino são desafiadas a realizarem um diagnóstico de sua realidade tanto no contexto do ensino, como na pesquisa e na extensão – no caso das instituições de ensino federal. Assim, para que essas ações possam ser aperfeiçoadas para atender às necessidades da sociedade, necessário se faz a realização da auto-avaliação, que é um fator fundamental para a garantia da qualidade, pois somente através de um rigoroso e contínuo processo de auto-avaliação o IFRR poderá responder às demandas que lhe são impostas e exercer a função antecipatória da qual depende a sua sobrevivência no futuro.

Apesar da auto-avaliação ser uma exigência por parte dos órgãos competentes, esse processo precisa ser entendido como uma prática indispensável ao processo de planejamento, independentemente das solicitações oriundas do Ministério da Educação.

Para a efetivação deste processo de auto-avaliação no IFRR, foram nomeados através da portaria nº 351/2008 de 03 de junho de 2008, os membros da Comissão Própria de Avaliação-CPA do IFRR (docentes, discentes, técnico-administrativo e representantes da sociedade civil organizada), tendo como presidente Maria do Rosário Alves Coelho, que optou por adotar o regimento interno já existente, oferecendo o projeto de trabalho da comissão para o biênio 2008-2010.

Para obtenção das informações para avaliação das ações desenvolvidas no IFRR, foram realizadas dois tipos de pesquisa: bibliográfica e de campo. Após a obtenção dos dados, estes foram tabulados e analisados, e concluídos com a elaboração do relatório com a finalidade de apresentar um panorama real e concreto do ensino ofertado pelo IFRR, o qual, após lido pelos respectivos membros da comissão será encaminhado ao conselho superior para aprovação e posteriormente enviado ao SINAES/CONAES.

Assim, o Relatório Final de Auto-Avaliação que ora apresentamos, elaborados a partir dos relatórios parciais das 10 dimensões definidas pela Lei Nº. 10.861, de 14 de abril de 2004 que instituiu o Sistema Nacional de Educação Superior - SINAES representa mais um importante passo no caminho do IFRR que todos nós desejamos. Destacamos que esse Sistema, foi implantado pelo Ministério de Educação no ano de 2004, com a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados pelas Instituições de Educação Superior do país.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação vem passando por transformações, principalmente no campo das políticas educacionais, o que vem exigindo das instituições de ensino o exercício de uma avaliação contínua, com vistas a diagnosticar as ações pedagógicas, observando se as mesmas correspondem às exigências da sociedade.

Essa nova conjuntura no campo educacional, fez com que se instituisse a avaliação institucional que conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e está relacionada: à melhoria da qualidade da educação superior; à orientação da expansão de sua oferta; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Este processo de avaliação institucional está dividido em duas modalidades: a primeira refere-se a auto-avaliação, que é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da auto-avaliação institucional da CONAES. Já a segunda modalidade corresponde à avaliação externa, que é realizada por comissões designadas pelo Inep, tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das auto-avaliações. O processo de avaliação externa independente de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade. (MEC;INEP).

Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades (MEC;INEP).

Neste contexto, o IFRR encontra-se na modalidade da auto-avaliação, diagnosticando as suas ações nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão. Assim, reiteramos que este relatório apresenta os resultados da avaliação institucional do Instituto Federal, coordenado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA , contando com a participação das subcomissões, relativas a cada uma das dimensões delineadas pelo Sistema Nacional de Educação Superior – SINAES- (Art. 3º da Lei Nº 10.851/04). Destacamos que a metodologia adotada no processo de auto-avaliação foi baseada nas dez dimensões, previstas nas diretrizes do SINAES, que não significou uma visão fragmentada da instituição. Informamos, ainda, que foi utilizado o questionário fechado para uma amostragem aleatória dos sujeitos pesquisados (professores, técnicos e alunos).

Quanto à estrutura do relatório, este apresenta a organização básica do Instituto Federal, a sua inserção no contexto nacional e local, dando destaque para o período dos últimos quatro anos

(2004/2008). Aborda, também, a história da instituição nos últimos anos, especificamente no período compreendido entre 2004 e 2008, que se relaciona com a expansão da rede federal no estado de Roraima, através da criação das unidades descentralizadas. Além disso, apresentaremos uma análise quantitativa e qualitativa dos resultados obtidos após a aplicação do questionário.

2. CONSTITUIÇÃO BÁSICA DO IFRR

Os instrumentos normativos que regem o Instituto Federal é o Estatuto, que ainda está sendo construído por cada Campus e demais normas emanadas por seu Conselho Superior.

2.1. ESTRUTURA JURIDICA

Entidade de natureza autárquica, CNPJ Nº 84.042.415/0001-18, situada na Avenida Glaycon de Paiva, 2496 –Bairro Pricumã, CEP: 69.304-340, com reitoria localizado na Av. Cap. Julio Bezerra, n. 1392, Aparecida.

Instituição Federal de Ensino vinculada ao Ministério da Educação/MEC. Supervisionada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/SETEC.

Personalidade Jurídica Própria com autonomia didática, administrativa, técnica e financeira, nos termos da Lei nº 3.552 de 16.02.59, alterada pelo Decreto/Lei nº 796, de 27.08.69.

Quadro de Pessoal próprio composto por servidores técnico-administrativos e docentes, através do Regime Jurídico Único, Lei nº 8.112/90 e Lei nº 7596, de 10.04.87, que estabelece o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos das Unidades Federais de Ensino – PUCRCE.

2.2 - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.2 - Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão

A organização geral do Instituto Federal de Roraima compreende:

2.3- Reitoria

a) Gabinete

Compete ao Gabinete:

- I. Providenciar e controlar a correspondência oficial.
- II. Organizar a agenda do Reitor.
- III. Coordenar as atividades administrativas e os trabalhos pertinentes no Gabinete.
- IV. Organizar as reuniões de conselhos.

b) Pró-Reitorias

2.4- Pró-Reitoria de Ensino

A Pró-Reitoria de Ensino é dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão que planeja, superintende, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino, articuladas à Pesquisa, à Extensão e ao Planejamento.

É o órgão auxiliar de direção superior incumbido de planejar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino de Educação Básica, Profissional e Graduação do IFRR, exerce suas competências através das seguintes Departamentos:

Departamento de Ensino Técnico e Graduação.

Departamento de Programas Educacionais.

Departamento de Políticas Públicas, Acessibilidade e Diversidade.

2. 5- Pró-Reitoria de Extensão

A Pró-Reitoria de Extensão, dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão, relações com a sociedade e interação com o processo produtivo, articuladas ao ensino e à pesquisa. É o setor responsável em promover o intercâmbio entre o Instituto Federal de Roraima/RR e a comunidade externa.

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) tem como missão contribuir na elaboração e execução de políticas públicas de inclusão social que tenham a cidadania e o cidadão como suas principais referências, sendo um processo que articula o ensino e a pesquisa, organizando e assessorando os projetos de extensão da Instituição, disseminando a produção do conhecimento através de trocas de saberes, democratizando o conhecimento com a comunidade, buscando parcerias para a viabilização dos projetos de extensão.

A PROEX se coloca como eixo nucleador de integração Ensino – Extensão e Pesquisa, sob o norte de ações institucionais voltados aos sistemas sociais, empresariais e governamentais e não governamentais, seja na esfera municipal, estadual e federal quanto em todos os organismos privados.

Desta forma, buscando desenvolver com qualidade a Educação Profissional, o Instituto Federal de Roraima/RR tem mantido diálogo com o setor produtivo através de visitas e encontros com empresários, mas principalmente efetivando parcerias significativas com empresas afins aos Cursos, instituições públicas, privadas e organizações não-governamentais.

Entende-se que o processo de aprendizagem passa pelo aprender fazendo e que a formação educacional deve estar em consonância com o mundo do trabalho e suas aspirações de inovações, essas parcerias efetivadas têm oportunizado além das realizações acima descritas, a vivência prática de atividades em situações reais de trabalho, o intercâmbio de conhecimento entre Escola – Empresa e Empresa – Escola, a realização de Cursos, desde os de Formação Inicial e Continuada, até os Superiores, a utilização de Laboratórios, a prestação de serviços e consultorias tecnológicas, além de outras ligadas à participação ou realização de eventos técnicos, científicos, culturais ou esportivos.

2.6 - Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, dirigida por um Pró-Reitor nomeado pelo Reitor, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa, pós-graduação e Inovação tecnológica, em consonância com as diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação e pelo Ministério de Ciência

e Tecnologia, integrada ao ensino e à extensão, bem como promove ações de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica.

A Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do Instituto Federal de Educação Tecnológica de Roraima é a representante legal desta instituição com relação à pós-graduação, à pesquisa e a Inovação tecnológica perante aos órgãos oficiais de educação e fomento, tais como FORPOG, FOPROP, INEP, CNE, CAPES, CNPq, FINEP, SESU/MEC e SETEC/MEC.

Como meta proposta para esta Pró-Reitoria deverão ser implantados durante a vigência deste PDI o Núcleo de Inovação Tecnológica e o Núcleo de Pesca, os quais atuarão na implementação das políticas de inovação tecnológica, bem como fomentar o desenvolvimento regional observados os arranjos produtivos sociais, culturais, políticos e econômicos locais.

2.7 - Pró-Reitoria de Planejamento e Administração

Setor da administração superior ligada a Reitoria é responsável pelo planejamento macro institucional, abrangendo todos os campi em todos os níveis: estratégico, intermediário e operacional. É responsável por coordenar e acompanhar física e financeiramente os planos e programas, bem como avaliá-los quanto à eficácia, eficiência e efetividade. Essa atividade é retroalimentada através de relatórios como um processo cíclico e prático para garantir a continuidade de situações, resultados e soluções nas tomadas de decisões.

2.8 - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Desempenha as funções relacionadas ao acompanhamento de expansão e avaliação das atividades e ações do IFRR.

2.9 - Auditoria Interna

Os trabalhos desenvolvidos pela Unidade de Auditoria Interna objetivam, em última instância, a adequação da gestão de riscos operacionais, dos controles internos administrativos e do processo de governança proporcionando uma razoável garantia de que tais processos funcionam de acordo com o planejado, fazendo recomendações para a melhoria das operações da Instituição, em termos de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade do desempenho organizacional.

2.10 - Campi

Com uma estrutura organizacional multicampi, cada Campus está estrategicamente constituído por Diretorias e Departamentos, os papéis e atribuições específicas dos diversos setores estão definidas no Regimento Interno.

O IFRR possui em sua estrutura dois Campi em funcionamento e a previsão de abertura de mais um em 2010.

Campus Boa Vista.

O Campus Boa Vista, antiga Unidade Sede, é o maior Campus do Instituto Federal, atualmente conta com 2.346 alunos matriculados. Oferece seis cursos superiores, sendo duas licenciaturas e quatro cursos de tecnologia; dez cursos técnicos subseqüentes; sete cursos técnicos integrados ao ensino médio; sete cursos técnicos integrados à educação de jovens e adultos (PROEJA); e mantém em funcionamento um curso de Pós-Graduação em Docência no PROEJA.

A estrutura do Campus Boa Vista que já está em implementação, está constituída por:

•Direção Geral é responsável pela gestão do Campus em todos os aspectos, participando inclusive nas decisões ligadas à execução orçamentária do IFRR.

•Diretoria de Ensino Técnico – DIRET, que é a responsável pela política educacional e pedagógica, orientando e assessorando os departamentos Educacionais.

•Diretoria de Graduação – DIGRAD, que é a responsável pela política educacional e pedagógica dos cursos de Graduação, orientando e assessorando as coordenações de cursos.

•Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação – DIPESP, que é a responsável pela política educacional e pedagógica dos cursos de Pós-Graduação e da Pesquisa, orientando e assessorando as coordenações de cursos.

•Departamentos Educacionais, que têm sob sua responsabilidade a gestão do desenvolvimento do ensino em relação aos cursos que coordena, contando para tanto com o apoio das Coordenações e do corpo docente.

•Diretoria de Administração e Planejamento – DAPLAN, responsável por gerir as atividades meio do Campus, tem sob sua responsabilidade o Departamento de Administração, o Departamento de Planejamento Contabilidade e Finanças, a Coordenação de Gestão de Pessoas e a Coordenação de Tecnologia da Informação.

•Departamento de Administração – DEPAD, vinculado a DAPLAN, tem sob sua responsabilidade: coordenação de manutenção, coordenação de protocolo e arquivo, coordenação de transporte; este Departamento faz a gestão e acompanha a execução das atividades ligadas às coordenações vinculadas, tais como fiscalização dos contratos terceirizados, manutenção dos prédios e equipamentos do Campus; utilização otimizada dos meios veículos do campus.

•Departamento de Planejamento Finanças e Contabilidade – DPFC, tem sob sua responsabilidade: a coordenação de patrimônio e a coordenação de almoxarifado. Responsável pela gestão da utilização racional dos recursos que o Campus possui, além de desempenhar papel fundamental no planejamento e avaliação da execução orçamentária do Campus.

Campus Novo Paraíso

O Campus Novo Paraíso está localizado no Km 512 da BR 174, no município de Caracaraí, atualmente conta com 256 alunos matriculados. Oferece o curso técnico integrado ao ensino médio e o curso técnicos integrados à educação de jovens e adultos (PROEJA), ambos voltados para agropecuária; mantém em funcionamento um curso de Pós-Graduação em PROEJA, o qual é Coordenado pela DIPESP do Campus Boa Vista.

Estrutura Administrativa

- Direção Geral;
- Departamento de Ensino;
- Departamento de Extensão;
- Departamento de Pesquisa e Produção;

- Departamento de Planejamento e Administração.

Campus Amajari

Entrará em funcionamento a partir de 2010, sua estrutura administrativa prevista, é semelhante a de Novo Paraíso.

3.1 - Organograma Institucional e Acadêmico

Os organogramas do Instituto Federal de Roraima estão dispostos no anexo deste documento.

3.2 - Órgãos Colegiados

O Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, como órgãos colegiados possui o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, ambos são presididos pelo Reitor do IFRR.

O Colégio de Dirigentes é de caráter consultivo, está composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o IFRR. O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

O estatuto do Instituto Federal de Roraima/RR, disporá sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior.

3.3 - Autonomia do Instituto Federal de Roraima.

De acordo com a Lei Federal 11.892/2008, o Ministério da Educação é o órgão mantenedor do Instituto Federal de Roraima, que enquanto autarquia federal goza de autonomia administrativa, financeira e pedagógica para o planejamento e desenvolvimento de suas ações.

4 . PERFIL INSTITUCIONAL

4.1- Missão Institucional

Desenvolver de forma articulada os processos de educação, pesquisa aplicada, inovação tecnológica e extensão, valorizando o ser humano, considerando a territorialidade e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país.

4.2 - Visão de Futuro

Permanecer em constante evolução enquanto instituição de formação profissional e referência para as áreas de educação, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, oferecendo serviços com qualidade, a partir de uma gestão moderna, participativa e dinâmica, sintonizada com o mundo do trabalho, com os arranjos produtivos, sociais, culturais locais e as políticas ambientais, valorizando o ser humano em todas as suas potencialidades e considerando as diversidades.

5. Inserção Regional

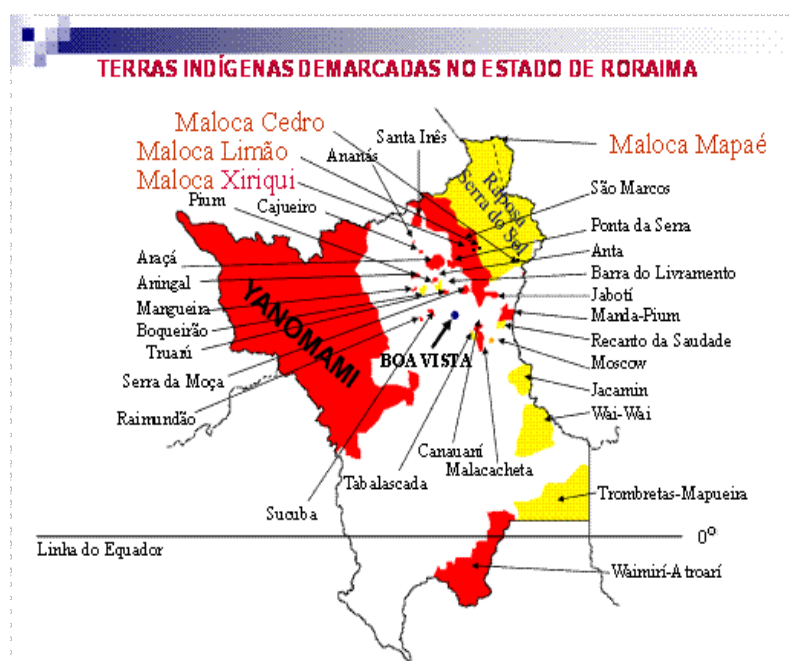
O Instituto Federal de Roraima, insere-se no contexto regional tentando atender as necessidades do seu entorno, e para isso construiu seu PDI, com a participação ativa dos servidores, corpo discente, representantes do setor produtivo, sociedade civil organizada e órgãos governamentais, por meio de workshop, audiências públicas, contribuições on-line e urnas que

foram disponibilizadas nos Campi, para manifestação espontânea acerca da implantação do Instituto. Ressalta-se que foram acolhidas todas as sugestões demandadas, subsidiando desta forma os rumos que serão tomados para a implementação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

A área de abrangência do Instituto constitui-se através da atuação de seus Campi:

- Campus Boa Vista – localizado na região central do Estado, tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Boa Vista, Bonfim, Cantá, Normandia, Alto Alegre, Mucajaí, Iracema;
- Campus Novo Paraíso – localizado na região sul do Estado, tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Caracará, Cantá, São Luiz, São João da Baliza, Caroebe, Rorainópolis;
- Campus Amajari – localizado na região norte do Estado, tem como referência para o desenvolvimento de suas atividades os municípios de Amajari, Pacaraima, Uiramutã, Alto Alegre.

A área de abrangência do Instituto Federal de Roraima, inclui também o atendimento às comunidades indígenas das diferentes etnias, cuja localização está definida de acordo com a demarcação e homologação das terras indígenas, conforme mapa abaixo¹:



5.1.1 Contexto geográfico

O Estado de Roraima, situado no extremo Norte do Brasil, possui uma área de 224.298,98 km², tem uma extensa área de fronteira sendo ao Norte com a República Bolivariana da Venezuela, ao Sul com os Estados do Amazonas e do Pará, ao Leste com a República Cooperativista da Guiana e ao Oeste com o Estado do Amazonas e com a República Bolivariana da Venezuela. É ocupado por 412.783 habitantes, donde resulta uma densidade demográfica de 1,84 hab./km². Cerca de 63%, 260.930 habitantes, da população está concentrada na capital, Boa Vista, por ser este o centro dinâmico do Estado e ofertar uma maior quantidade de bens e serviços públicos e privados.

¹ Disponível em http://www.ecoamazonia.org.br/Docs/demarcacao/imagens/equilibrio_federativo_clip_image006.gif. Acesso em 24/06/2009.

De acordo com Agostinho², nos anos 1970 e início dos anos 1990 foi grande a exploração de ouro nas terras do Estado, principalmente na área indígena Yanomami, o que deu ao Estado um *boom* no crescimento populacional em decorrência da grande migração de pessoas de várias áreas do país para explorar o minério. Tal situação proporcionou à capital Boa Vista uma explosão de sua população urbana, contribuindo sobremaneira para o surgimento de um cinturão de pobreza na cidade.

5.1.2 Contexto histórico e cultural

Desde 1535, com as primeiras expedições espanholas, até meados do século XVIII, as terras de Roraima, bem como todo noroeste da América do Sul, foram percorridas por inúmeros contingentes de aventureiros em busca de metais e pedras preciosas. A partir da identificação da foz do Rio Branco (provavelmente em 1639), inicia-se o lento processo de ocupação da região abrangida por este rio, a primeira metade do Século XVII se caracteriza pelas *Entradas* das tropas portuguesas, ou de empreendimentos privados, em busca de índios para execução de trabalhos escravos além de recursos minerais, drogas do sertão, peixe seco, tartarugas e peles de animais.

Por volta de 1750 a presença de Espanhóis, Holandeses, Ingleses e Franceses na vasta região do hoje extremo Norte do Brasil, acirra as preocupações portuguesas com a segurança local, em 1775 a fundação do Forte São Joaquim, contíguo a Vila de São Felipe, na confluência dos rios Tacutu e Uraricoera que formam aí o Rio Branco. É um marco da ocupação da região uma vez que a partir deste se estabelecem *Reduções* ou *Vilas* ao longo do Rio Branco, com duplo objetivo: Econômico, para organizar a captura e manutenção de indígenas como escravos; e Geopolítico pela ocupação permanente e ordenada da região. Nesta mesma linha e observando as potencialidades dos campos naturais, Portugal opta pela implantação do gado bovino como estratégia de fortalecimento da região, segue daí a implantação das Fazendas Nacionais como estratégia de ocupação.

Anteriormente pertencente ao Estado do Amazonas, como município de Boa Vista do Rio Branco (1890) foi transformado em Território Federal do Rio Branco em 1943, passou a ser chamado Território Federal de Roraima em 1962 e tornou-se Estado em 1988 com a promulgação da Constituição Federal.

No século XX, a partir dos anos 40, e em particular nas décadas de 60 e 70, observou-se em Roraima um grande fluxo imigratório, principalmente oriundo dos Estados do Nordeste, em busca de terras para criação de gado, produção de grãos e agricultura de subsistência. A principal característica desses imigrantes era a condição sócio-econômica baixa, aliada à falta de escolaridade e de formação profissional.

Nas décadas de 70 e 80, o movimento de imigração continuou, mas pouco a pouco foi revelando um outro perfil das pessoas que aqui chegavam. Além daqueles com o perfil descrito no parágrafo anterior, foi crescente o índice de profissionais com formação em Nível Superior, geralmente oriundo das regiões Sul e Sudeste. Nesse particular, o programa “Projeto Rondon” da Universidade Federal de Santa Maria – RS que manteve um campus avançado no Estado, foi de fundamental importância. Por outro lado, a condição jurídica do então Território Federal e a grande falta de mão de obra especializada, aliadas às vantagens do “emprego federal” foi a grande descoberta dos imigrantes com formação superior.

Este fato ficou muito evidente, quando após a transformação do Território em Estado, houve uma verdadeira revoada de “servidores públicos federais” solicitando redistribuição para outras Unidades Federadas, com muita frequência para seus Estados de origem. Este fenômeno teve um efeito imediato no perfil acadêmico e sócio-econômico da população que permaneceu no Estado.

² Disponível em http://www.ecoamazonia.org.br/Docs/Tese_Doutorado/index.php#sumario
Acesso em 18 de maio de 2009.

Na década de 80, embora não registrada por dados censitários, a população em Roraima foi fortemente aumentada pelo fluxo de garimpeiros, bastante expressiva entre 1985 e 1990.

No período de 1980/1991, registrou-se o auge do garimpo na região, quando se verificou um fluxo populacional desordenado em direção ao Estado. Já no período 1991/96, com o fechamento dos garimpos e as demarcações das áreas indígenas, houve reversão do processo migratório, que alterou os níveis do desenvolvimento demográfico de Roraima.

O fenômeno do garimpo trouxe como consequência o agravamento da situação sócio-econômica da população do Estado, que se tornou mais pobre, apesar das grandes quantidades de ouro e diamantes que daqui foram retirados.

Atualmente a população do Estado é formada por uma mistura de raças (índio, branco, negro) e por cidadãos oriundos de todos os Estados e regiões do Brasil. Esta realidade apresenta uma grande diversidade cultural, que apesar de positiva, tem um viés que dificulta o surgimento do sentimento regionalista e de uma cultura local própria. Posto que, vias de regra, os imigrantes procuram preservar suas tradições e cultura de origem.

5.1.3 CONTEXTO SÓCIO ECONÔMICO

O Estado de Roraima passa por profundas modificações em suas bases de desenvolvimento com o estabelecimento de quatro ocorrências fundamentais que apontam para mudanças em sua estrutura sócio econômica, a saber:

- a) Definição da Homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol – com o fim do impasse que se arrastou por décadas fica determinada a saída de todos os não indígenas da área;
- b) Repasse das Terras Públicas da União para o Estado – a partir da Medida Provisória n.º 454 e o Decreto n.º 6.754, de 28 de janeiro de 2009, inicia-se o processo de repasse de seis milhões de hectares. Assim a almejada definição fundiária fica estabelecida propiciando segurança aos produtores de maneira geral, organizando e legalizando os Projetos de Assentamento e possibilitando a Regularização Fundiária de propriedades rurais. Possibilitando melhor acesso ao crédito e demais programas de desenvolvimento.
- c) Área de Livre Comércio ALC, em Boa Vista e Bonfim – a exemplo da Zona Franca de Manaus, busca potencializar a importação de bens a partir da isenção de impostos e tributos;
- d) Zona de Processamento de Exportação ZPE, em Boa Vista – tem como objetivo estimular as indústrias a se instalarem na região e a exportarem, através do abono e da isenção de impostos. Ela será controlada pela Receita Federal.

No que se refere ao contexto econômico, segundo o Governo do Estado de Roraima, o PIB – Produto Interno Bruto do Estado de Roraima ocupa o último lugar no ranking nacional, com o valor de R\$ 3.660 milhões em 2006, o que representa uma participação de 0,15 % no PIB do Brasil e 3,05 % no total da Região Norte. (SEPLAN, 2009)

O crescimento real anual referente ao período de 2006/2005 ficou em 6,3%, atrás somente dos Estados do Ceará (8,0%), Espírito Santo (7,7%), Pará (7,1%) e Paraíba (6,7%), sendo que nesse ano, o Brasil cresceu 4,0% e a Região Norte 4,8%. Com esse resultado, Roraima obteve a segunda maior taxa de crescimento da Região Norte.

Em relação a 2005, o setor de Serviços cresceu 7,0%, participando assim, em 81,5% da

economia estadual.

As atividades econômicas de maior crescimento nesse setor foram o “Comércio, Manutenção e Reparação” com 22,7%, com destaque para o Comércio Varejista de Equipamentos de Informática, incentivado pela redução dos preços dos produtos de informática e de comunicação, facilidade de acesso ao crédito e pelo aumento desses produtos no consumo das famílias. Nesse ano, também se verificou o crescimento dos Serviços de Manutenção e Reparação, notadamente de veículos automotivos.

A segunda atividade de maior crescimento foi a “Saúde e Educação Mercantil” com 14,9%, devido ao aumento de matrículas realizadas nas faculdades do setor privado.

Em seguida, vem as “Instituições Financeiras, Seguros e Previdência Complementar” com 12,3%, impulsionada pela oferta de empréstimos e financiamentos, principalmente o empréstimo consignado.

Os “Serviços Prestados às Famílias” cresceu 7,1%, principalmente as atividades relacionadas com serviços de cabeleireiros e outros serviços de beleza, cuja participação na atividade chega, em média, a 47,0%.

O setor Secundário, com a participação de 10,9% no valor adicionado do Estado, cresceu 3,5%, impulsionado pela “Construção Civil” que obteve um crescimento de 7,1% em relação ao ano anterior. A Indústria de Transformação teve uma queda de -2,4% em relação a 2005.

A Agropecuária, que representa 7,7% do valor adicionado estadual, apresentou uma queda de -6,8% em relação ao ano anterior, causada pela diminuição de -6,8% da produção de arroz e -15,4% da produção de soja.

O setor público tem 48,8% de participação no valor adicionado total do Estado. O Produto Interno Bruto per capita foi de R\$ 9.075, subindo uma posição com relação a 2005, ficando atrás do Estado do Amazonas, apenas. Também no ranking nacional, Roraima subiu uma posição, saindo da 14ª para 13ª posição, ficando 28,5% abaixo da média nacional e 13,4% acima da média regional.

A variação nominal do PIB per capita de 2006 com relação a 2005 foi de 11,7%, enquanto a população foi de 403.344 habitantes, apresentando uma variação de 3,1%, em relação ao ano anterior.

5.1.4 Potencialidades do Estado

O Plano Pluri Anual – PPA, do Governo do Estado de Roraima, para o período de 2008 a 2011, define três grandes pilares para o desenvolvimento do Estado:

- Eficiência e Transparência na Gestão Pública;
- Inclusão Social; e
- Crescimento Sustentável.

Considerando que o PPA, foi construído de forma participativa e com forte aporte técnico pode-se admitir, para a definição das ações do IFRR, a dimensão Crescimento Sustentável, bem como suas diretrizes e estratégias, a seguir relacionadas, como referência de potencialidades do Estado:

a) Crescimento sustentável

Esta dimensão tem como objetivo estratégico o aumento do PIB, na busca da inserção da economia estadual na corrente do comércio inter-regional, tendo por base a aplicação de ciência e tecnologia e, por pressuposto, o equilíbrio ambiental.

Diretrizes:

- Incentivar o Agronegócio e a Agricultura Familiar, planejando a criação de pólos de produção; agregando valor ao produto e aumentando a renda; fixando o homem no meio rural de acordo com as normas ambientais; garantindo o direito à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional da população de Roraima.
- Incentivar a industrialização, o turismo, as relações fronteiriças e o comércio exterior e a exploração mineral regulamentada.
- Promover o planejamento e o ordenamento territorial com base no ZEE.
- Formular, promover e executar as Políticas de Meio Ambiente, mediante conhecimento, defesa, preservação, uso, conservação e recuperação dos recursos naturais.
- Ampliar e melhorar a infra-estrutura para o desenvolvimento do Estado.
- Formular, promover e executar as Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação, mediante estímulo, fomento, apoio, promoção, produção e difusão do conhecimento, visando o desenvolvimento sócio-econômico-ambiental para a melhoria da qualidade de vida da população.

6 – INSERÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL NO CONTEXTO SOCIAL

6.1 – historia do Instituto Federal de Roraima/RR

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é originário da extinta Escola Técnica que foi implantada, informalmente, em outubro de 1986, iniciando suas atividades em 1987 com os cursos Técnicos em Eletrotécnica e em Edificações, funcionando em espaço físico cedido pela Escola de Formação de Professores de Boa Vista.

Através do Decreto nº 026 (E) de 12 de outubro de 1988, o Governo do então Território Federal de Roraima criou a Escola Técnica de Roraima. O Parecer nº 26/89 do Conselho Territorial de Educação autorizou e reconheceu a Escola, aprovou o seu Regimento Interno e as grades curriculares dos Cursos por ela ministrados e tornou válido todos os atos escolares anteriores ao Regimento.

Por força da Lei Federal nº 8.670 de 30 de junho de 1993, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima, iniciando, em 1994, suas atividades nas instalações físicas da Escola Técnica Estadual, com 74% de seus servidores redistribuídos do quadro de pessoal do ex-Território Federal de Roraima, incorporando ao seu patrimônio rede física, materiais e equipamentos e absorvendo todos os alunos matriculados naquela escola nos cursos de Edificações e Eletrotécnica.

A partir dessa data, a Escola iniciou um Programa de Expansão de cursos e do número de vagas, implantando novos cursos – ensino fundamental – 5ª a 8ª série, Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física – totalizando, naquele ano, 17 turmas e 406 alunos.

Em dezembro de 1994 a Escola Técnica Federal de Roraima foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica, através da Lei nº 8.948 de 8 de dezembro, publicada no DOU nº 233, de 9 de dezembro, Seção I. Entretanto, sua efetiva implantação como CEFET-RR só ocorreu através do Decreto Federal de 13 de novembro de 2002, publicado no DOU nº 221,

Seção I, tendo a referida solenidade ocorrida no dia 10 de dezembro de 2002.

Em 1995, foram mantidos os mesmos cursos, porém com o aumento do número de vagas oferecidas em todos eles. Até este ano, o ingresso do aluno no Curso Técnico ocorria diretamente na primeira série do curso escolhido por ele.

A partir de 1996, a Escola implantou o 1º ano básico. Assim, o ingresso do aluno nos cursos técnicos passou a ser primeiro, para o 1º ano básico comum a todos os cursos, somente no final desse ano o aluno era chamado a fazer a sua opção para um dos Cursos Técnicos oferecidos pela Escola.

Em 1996, houve um salto na matrícula em função do programa de expansão do oferecimento de vagas, que se caracterizou pela implantação do 1º ano básico e dos cursos Pós 2º Grau (Pós Médio) Técnico em Turismo, Técnico em Hotelaria e Técnico em Secretariado.

A partir de 1997, percebe-se um decréscimo na matrícula, reflexo direto das medidas administrativas que a escola foi obrigada a tomar, em função do processo de implantação das reformas do Ensino Médio e Técnico. Assim, entrou em processo de extinção o ensino fundamental que não mais ofereceu a 5ª série.

Também, os cursos Pós 2º Grau, por terem sua estrutura curricular modular, num total de três módulos para Turismo e Hotelaria e dois módulos para Secretariado, apresentaram uma significativa redução na matrícula, porque à medida que as turmas foram concluindo os cursos, não houve o ingresso de novas turmas.

O ano de 1997 representou um marco importante no processo histórico do CEFET-RR, tendo o Ministério da Educação e do Desporto, através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, expedido Portarias autorizando o funcionamento e regulamentando os sete cursos abaixo discriminados:

- Curso Técnico em Eletrotécnica: Portaria MEC/SEMTEC nº 145 de 19 de novembro, D.O.U. nº 227 do dia 24.11.97;
- Curso Técnico em Edificações: Portaria MEC/SEMTEC nº 146 de 19 de novembro, D.O.U. nº 227 do dia 24.11.97,
- Curso Magistério em Educação Física: Portaria MEC/SEMTEC nº 150 de 28 de novembro, D.O.U. nº 232 do dia 01.12.97. Redação retificada pela redação publicada no DOU nº 27 do dia 09.02.98;
- Curso Técnico em Agrimensura: Portaria MEC/SEMTEC nº 151 de 28 de novembro, D.O.U. nº 232 do dia 01.12.97;
- Curso Técnico em Turismo: Portaria MEC/SEMTEC nº 152 de 28 de novembro, D.O.U. nº 232, do dia 01.12.97;
- Curso Técnico em Hotelaria: Portaria MEC/SEMTEC nº 153 de 28 de novembro, D.O.U. nº 232 do dia 01.12.97;
- Curso Técnico em Secretariado: Portaria MEC/SEMTEC nº 154, de 28 de novembro, D.O.U. nº 232, do dia 01.12.97.

Em 1998 a matrícula inicial apresentou um decréscimo, conseqüência dos seguintes aspectos:

- Adaptação da Escola às exigências da Reforma (aplicação do Decreto nº 2.208/97 e da Portaria nº 646/97);

- Conclusão em 1997 das últimas turmas dos Cursos Pós 2º Grau;
- Da eliminação do 1º ano básico;
- Do não oferecimento de novas vagas para os Cursos Técnicos existentes que entraram em processo de extinção;
- Da implantação do Ensino Médio com oferecimento de 210 vagas, representando 50% das vagas oferecidas no ano anterior.

A partir do 2º semestre de 1998 foram reativados os Cursos Pós-médio, Técnico em Turismo e Técnico em Secretariado. Também se implantou o Curso Pós-médio Técnico em Enfermagem, com o conseqüente aumento da matrícula escolar. Ainda em 1998, a Escola passou a oferecer o Telecurso 2.000 nos níveis fundamental e médio, como estratégia de capacitação de servidores administrativos da Instituição.

No ano de 1999, além dos Cursos já mencionados, houve a implantação do Curso Técnico em Transações Imobiliárias, totalizando a matrícula inicial em 1.659 alunos.

Ainda em 1999, em função das exigências da reforma do ensino, a Escola iniciou, a título de experiência, a concomitância para alunos do Ensino Técnico a partir do segundo ano do Ensino Médio, com a proposta curricular de todos os Cursos já organizada de forma independente do Ensino Médio e com estrutura modular. Esta experiência não se mostrou muito positiva na prática, o que determinou a sua extinção já a partir de 2001.

No ano de 2000, foi implantado o novo Ensino Médio, com sua proposta curricular inteiramente estruturada por competência e cumprindo todos os quesitos exigidos pela legislação, em especial a Lei nº 9.394/96, o Parecer nº 15/97, a Resolução nº 03/97 do CNE e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Em 2001 foram implantados os Cursos Técnicos em Eletrônica, Recreação e Lazer, Informática e Laboratório.

Em 2002 passou a executar o Programa de profissionalização dos trabalhadores de Enfermagem – PROFAE, (convênio com o Ministério da Saúde) que tinha por finalidade habilitar como Auxiliar de Enfermagem os profissionais já inseridos no mercado de trabalho.

Ainda em 2002, como fruto de um Convênio de parceria com o Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Saúde, foi implantado o Curso Técnico em Radiologia. Este curso teve sua necessidade apontada na pesquisa de mercado, e diagnosticada por dados fornecidos pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Estadual de Saúde de Roraima, por proprietários de clínicas radiológicas e da Delegacia Regional de Radiologia, que demonstraram um grande contingente de trabalhadores da área de saúde no setor de Radiologia sem a devida habilitação profissional no Estado.

Também, em 2002, foi implantado o Curso Técnico em Segurança do Trabalho, em parceria com o Corpo de Bombeiros. Este curso teve sua necessidade apontada na pesquisa de mercado, diagnosticado por dados fornecidos pela Delegacia Regional do Trabalho, que demonstraram uma grande necessidade de profissionais no setor de Segurança no Trabalho.

Com a transformação desta Instituição em CEFET-RR – Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima, através de Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia seguinte, a comunidade interna preparou-se para fazer valer o princípio da verticalização da Educação Profissional, oferecendo cursos profissionalizantes de nível básico, técnico e superior. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a

ser implantado e teve sua proposta vinculada à transformação da ETFRR em CEFETRR.

Em 2005, o Governo Federal, através do Ministério da Educação, instituiu o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no país. Estabelecendo a implantação de Unidades Descentralizadas – UNEDs em diversas unidades da federação, sendo o Estado de Roraima contemplado na fase I, com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no município de Caracará, sul do Estado e na Fase II com a UNED Amajari, região norte do Estado, atualmente em processo de construção, com previsão de funcionamento para 2010.

Em 2007, o CEFETRR firma convênio com as Prefeituras de São João do Baliza e Rorainópolis, proporcionando transporte escolar e alimentação para os alunos dos respectivos municípios, buscando viabilizar o funcionamento da UNED Novo Paraíso.

As atividades pedagógicas nesta Unidade tiveram início em agosto de 2007 com 172 alunos matriculados no Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, incluindo uma turma com 22 alunos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Em 11 de novembro de 2007, a UNED de Novo Paraíso foi inaugurada pelo Ministro da Educação Fernando Haddad e no início de 2009 foi ofertado o primeiro curso de Pós-Graduação Lato Sensu. Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sendo desta forma transformando o CEFET/RR em IFRR.

Na Tabela 1 está especificada a evolução da matrícula inicial, no período de 2001 a 2009

Tabela 1- Evolução da matrícula inicial por curso no período de 1997 a 2009 – Campus Boa Vista

CURSOS	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009.1*
Ensino Fundamental	376	199	73	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
1º Ano Básico	386	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Ensino Médio	-	221	420	496	471	393	453	507	596	588	365	174	0
Suplência Ensino Médio	-	-	-	-	-	33	-	-	-	-	-	-	0
Técnico em Agrimensura	54	97	122	162	109	86	85	86	87	55	70	62	21
Técnico em Edificações	206	269	289	264	156	149	121	168	178	156	76	110	114
Técnico em Edificações – EJA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34	17	-	21
Técnico em Eletro técnica – EJA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	10	4
Técnico em Eletrotécnica	163	178	191	225	146	110	132	104	125	132	106	103	98
Magistério em Educação Física	137	181	211	161	27	-	-	-	-	-	-	-	0
Técnico em Turismo	109	49	71	-	95	67	65	-	-	31	48	24	23
Técnico em Turismo – EJA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-	0
Turismo – Guia	-	-	-	-	-	-	-	24	24	-	-	-	0
Técnico em Hotelaria	109	-	35	63	18	-	-	-	-	-	-	-	0
Técnico em Secretariado	56	70	99	103	123	100	159	167	107	201	130	122	182
Técnico em Secretariado – EJA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	37	24	17
Técnico em Enfermagem	-	34	65	92	50	78	89	104	144	158	192	92	98
Técnico em Enfermagem – EJA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38	104	103	87
Técnico em Trans. Imobiliárias	-	-	35	29	38	59	81	72	54	17	-	-	0

Técnico em Eletrônica	-	-	-	-	38	68	114	84	106	66	76	53	15
Técnico em Informática-EJA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32	56	66
Técnico em Informática	-	-	-	-	70	91	90	51	55	51	-	103	78
Técnico em Recreação e Lazer	-	-	-	-	70	113	29	-	-	-	-	-	0
Técnico em Análises Clínicas	-	-	-	-	35	60	99	95	90	163	159	90	104
Técnico em Análises Clínicas – EJA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	57	71	60
Técnico em Segurança no Trabalho	-	-	-	-	-	-	21	-	-	-	-	-	0
Técnico em Radiologia	-	-	-	-	-	-	38	28	35	31	35	34	38
Técnico em Turismo Integrado ao Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	75	60
Técnico em Secretariado Integrado ao Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76	108	167
Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	69
Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72	106	175
Técnico em Eletrônica Integrado. ao Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	71	102
Licenciatura em Educação Física	-	-	-	-	-	-	-	135	151	213	255	286	220
Licenciatura em Língua Espanhola e suas Literaturas											70	93	113
Tecnólogo em Gestão do Turismo	-	-	-	-	-	-	25	59	56	44	57	60	76
Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	-	-	-	-	-	-	-	-	60	109	98	142	118
Tecnólogo em Saneamento Ambiental	-		-									38	62
Tecnólogo em Gestão Hospitalar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70	91	112	88
Pós-Graduação em Docência com Ênfase em Desenvolvimento Sustentável	-										33	91	0
Pós-Graduação em Docência para PROEJA													105
Total	1596	1339	1621	1595	1446	1592	1688	1684	1938	2216	2330	2449	2451

Fonte: CEFET-RR/COPLAN/Relatórios Anuais

* Matrícula inicial 2009.1

Tabela 2 – Evolução da matrícula inicial por curso no período de 2007 a 2009 – Novo Paraíso

CURSOS TÉCNICOS	2007	2008	2009.1
Técnico em Agropecuária Integrado Ensino Médio	150	186	208
Técnico em Agropecuária Integrado a Educação de Jovens e Adultos	22	22	13
Pós-Graduação em Docência para PROEJA	0	0	35
Total	172	208	256

Fonte: CEFET-RR/COPLAN/Relatórios Anuais.

7 – CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL

A área de abrangência do IFRR está compreendida na extensão de toda a área geográfica do estado de Roraima.

7.1 – Relação dos Campi que integrarão o Instituto Federal.

O Instituto Federal é constituído por três campi:

a) Campus Boa Vista, Localizada no município de Boa Vista, capital do Estado, à Av. Glaycon de Paiva, nº 2.496, Bairro Pricumã;

b) Campus Novo Paraíso, Localizada no Km 512 da BR – 174, Vila Novo Paraíso, Município de Caracaraí, região sul do Estado, a 256 Km da capital Boa Vista;

c) Campus Amajari, Localizada a 2 Km da sede do município de Amajari, região norte do Estado, a 180 Km da capital Boa Vista.

Esta Unidade está incluída no plano de expansão da rede federal – fase II, com previsão de início da construção no ano 2010.

7.2 – Mapeamento Descritivo da Situação Atual das Unidades:

7.2.1– (Campus Boa Vista):



1 - Localização:

Av. Glaycon de Paiva, nº 2.496, Bairro Pricumã, Cep. 69.303-340, Boa Vista – Roraima.

2 - Número de professores do quadro efetivo:

208 servidores docentes

3 - Número de técnicos administrativos do quadro efetivo:

177 servidores técnicos e administrativos.

4 - Número de alunos, por nível / modalidade de ensino, em 2008/2009.

Nº	NÍVEL / MODALIDADE DE ENSINO	TOTAL DE ALUNOS
1.	Ensino Técnico, Integrado ao Ensino Médio	576
2.	Ensino Técnico, Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educ. de Jovens e Adultos – PROEJA	229
3.	Ensino Técnico Subseqüente	751
4.	Curso Superior de Tecnologia	423
5.	Curso Superior de Licenciatura	364
6.	Curso de Pós Graduação Lato Sensu	137
7.	Campus novo Paraíso	262
	TOTAL	2.742

7.2 - Relação de Cursos Regulares Atualmente Ofertados.

a) Curso de Educação Básica:

Nº	CURSO
1.	3º ano do Ensino Médio

b) Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio:

Nº	CURSO
1.	Técnico em Eletrotécnica
2.	Técnico em Eletrônica
3.	Técnico em Informática
4.	Técnico em Secretariado
5.	Técnico em Turismo

c) Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA:

Nº	CURSO
1.	Técnico em Eletrotécnica
2.	Técnico em Enfermagem
3.	Técnico em Informática
4.	Técnico em Laboratório de Análises Clínicas
5.	Técnico em Secretariado

d) Curso Técnico Subseqüente.

Nº	CURSO
----	-------

1.	Técnico em Agrimensura
2.	Técnico em Edificações
3.	Técnico em Eletrotécnica
4.	Técnico em Eletrônica
5.	Técnico em Enfermagem
6.	Técnico em Laboratório de Análises Clínicas
7.	Técnico em Secretariado
8.	Técnico em Informática
9.	Técnico em Turismo
10.	Técnico em Radiologia

e) Curso Superior de Tecnologia:

Nº	CURSO
1.	Gestão de Turismo
2.	Análise e Desenvolvimento de Sistema com foco em desenvolvimento de sistema
3.	Gestão Hospitalar
4.	Saneamento Ambiental

f) Curso Superior de Licenciatura:

Nº	CURSO
1.	Licenciatura Plena para Formação do Professor de Educação Física para a Educação Básica
2.	Licenciatura Plena em Língua Espanhola e suas Literaturas

7.3 – Campus Boa Vista

Descrição Sumária da Infra-Estrutura Física Constituída

a) Salas de Aula:

Trinta salas de aula, climatizadas, com padrão de atendimento para 35 alunos por sala;

b) Laboratórios:

Trinta e dois laboratórios, assim distribuídos: Área de Geomática – 04, Área de Indústria da Construção Civil – 06, Área de Informática – 09, Área de Saúde – 11 , Área de Educação Básica – 02;

c) Biblioteca:

Área construída com 1144,41 m², em dois pavimentos. Possui acervo composto de 643 títulos e 14656 exemplares com acesso livre dos alunos para consulta. Dispõe de ambientes específicos para processamento técnico, coordenação, restauração de obras, duas salas para teleconferências, estudos em grupo, estudo individual, digitação e consulta à Internet com quarenta computadores para os alunos; conta com 02 baterias de banheiros e 01 copa;

d) Centro de Artes:

Prédio com área construída de 720 m² com a definição de ambientes específicos para: canto; artes plásticas – pintura e modelagem; dança; artes cênicas e música instrumental. Possui ainda,

duas baterias de banheiros, hall de entrada e sala de coordenação.

e) Bloco Administrativo:

Bloco para funcionamento exclusivo das atividades administrativas comportando atualmente os seguintes setores: Protocolo, Coordenação de Transporte, Posto Bancário, Sala Multiuso, Assessoria de Comunicação, Direção Geral, Gerência de Recursos Humanos, Departamento de Administração e Planejamento, Gerência de Administração, Coordenação de Finanças, Comissão Permanente de Licitação, Sala para reuniões, Auditoria Interna, Diretoria de Relações empresariais e Comunitárias, Comissão Permanente de Concursos e Vestibulares.

f) Restaurante:

Equipado com salão para refeições, cozinha industrial equipada com duas câmaras frias, fogões industriais e caldeiras, além de vários equipamentos e utensílios de cozinha.

g) Instalações Hidro-sanitárias, Banheiros:

Dez baterias de banheiros;

h) Instalações Esportivas:

Dispõe de 02 ginásios de esporte polivalentes, uma sala de dança, uma piscina semi-olímpica, um campo de futebol tamanho oficial e duas baterias de vestiários localizadas no ginásio de esportes e piscina;

i) Áreas de Circulação:

Várias passarelas cobertas interligando os blocos, com mais de 300 m² de área coberta para circulação interna;

j) Estacionamento privativo:

Possui 02 estacionamentos internos privativos para servidores e alunos, com capacidade para 200 carros, além de motos e bicicletas;

k) Casa de Apoio:

Uma casa de apoio constituída de 02 quartos, sala, cozinha americana, área de serviço e banheiro.

l) Área de manutenção e garagem:

Área coberta, multifuncional que atualmente serve como garagem e também dispõe de ambiente específico para a Coordenação de Manutenção, com mais de 1000 m²

m) Almojarifado e patrimônio:

Área com aproximadamente 1000 m² com ambientes específicos para coordenações e depósito.

n) Auditório:

Com capacidade para 220 pessoas, equipado com recursos audiovisuais e climatizado.

o) Coordenação de apoio ao estudante:

Ambiente estruturado com, 01 consultório médico, 01 gabinete odontológico com dois

equipos, salas para atendimentos básicos, serviço social e atendimento de psicologia.

7.3– (Campus Novo Paraíso).



Com base no conhecimento sobre a região sul do estado e na falta de opção para a profissionalização de jovens e adultos residentes naquela região o IFRR propôs a criação e implantação Campus Novo Paraíso, que foi instalada nas proximidades da Vila Novo Paraíso, município de Caracaraí. Distante 256 Km de Boa Vista, em uma área de 500 ha, doada ao IFRR pelo INCRA localizada à margem direita da BR-174 no sentido Boa Vista – Manaus, a 12 quilômetros da Vila Novo Paraíso.

Essa localização é importante e estratégica porque está muito próxima do anel rodoviário localizado na Vila Novo Paraíso que interliga a BR-174, acesso Boa Vista a Manaus - com a BR-210, acesso aos municípios de São Luiz do Anauá, São João da Balisa e Caroebe - e com a BR-432, que dá acesso ao município do Cantá.

O Campus Novo Paraíso tem, portanto, uma área de abrangência que permitirá, pela proximidade geográfica e interligação rodoviária, o acesso aos seus cursos e atividades de estudantes filhos de agricultores e proprietários rurais, residentes em 06 municípios do estado, num total de 68.408 habitantes, conforme especificação a seguir³:

³ Dados populacionais extraídos do documento Perfil Sócio Econômico de Roraima, elaborado pela Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico, abril de 2003

- São Luiz do Anauá, com uma população de 6.324 habitantes, 1.425 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 342 no Ensino Médio⁴;
- São João da Balisa, com uma população de 5.384 habitantes, 1.280 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 338 no Ensino Médio;
- Rorainópolis, com uma população de 23.599 habitantes, 4.600 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 586 no Ensino Médio;
- Caroebe, com uma população de 5.844 habitantes, 1.837 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 360 no Ensino Médio;
- Caracarái, com uma população de 17.259 habitantes, 3.839 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 489 no Ensino Médio;
- Cantá, com uma população de 10.213 habitantes, 2.718 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 463 no Ensino Médio.

Esse contingente de aproximadamente 18.277 alunos constitui uma demanda direta para a o Campus Novo Paraíso. Posto que, nesses municípios a grande maioria das oportunidades educacionais se esgota ao término do ensino fundamental, com exceção de suas sedes, onde existem escolas da rede estadual com a oferta do ensino de nível médio formação geral e do município de Rorainópolis, onde recentemente o governo do estado implantou o Instituto Superior de Educação – ISER que oferta cursos de Magistério Superior.

1 - Localização:

Km 512 da Rodovia Federal BR – 174, na Vila Novo Paraíso, Município de Caracarái, distante 256 Km da capital.

2 - Número de professores do quadro efetivo:

24 docentes

- Número de técnicos administrativos do quadro efetivo:

24 técnicos e administrativos.

4 - Número de alunos, por nível / modalidade de ensino.

Nº	NÍVEL / MODALIDADE DE ENSINO	TOTAL DE ALUNOS
1.	Ensino Técnico, Integrado ao Ensino Médio	206
2.	Ensino Técnico, Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de jovens e Adultos – PROEJA	14
3.	Ensino Técnico subsequente em agricultura	42
	TOTAL	262

⁴ Dados de matrícula extraídos do MEC/INEP/ Censo Escolar de 2003, fonte: IBGE

5 - Relação de Cursos Regulares Atualmente Ofertados.

Nº	CURSO
1.	Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, com habilitação em Agricultura
2.	Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, com habilitação em Agricultura

7.5 – Descrição Sumária da Infra-Estrutura Física Constituída na Unidade de Ensino Descentralizada Novo Paraíso – Campus Novo Paraíso:

a) Salas de Aula:

Dez salas, todas climatizadas; com capacidade para 35 alunos.

b) Laboratórios:

Dois de informática;

c) Biblioteca:

Atualmente funcionando em um ambiente provisório, possui acervo com 426 títulos e 1312 exemplares;

d) Bloco Administrativo:

Com ambientes para funcionamento da Direção, Gerência de Ensino, Gerência de Administração, Coordenações, Almoxarifado, sala para os professores. Todos os ambientes são climatizados.

e) Restaurante:

Equipado com salão para refeições, cozinha industrial contendo duas câmaras frias, fogões industriais e caldeiras, além de vários equipamentos e utensílios de cozinha.

f) Instalações Hidro-sanitárias - Banheiros:

Duas baterias, destinadas ao uso de alunos e servidores.

g) Áreas de Circulação:

Passarelas coberta interligando os vários ambientes.

h) Alojamento para Alunos:

Duas unidades com capacidade para 48 alunos em sistema de internato intensivo e até 96 alunos no sistema de alternância;

i) Casa de Apoio:

Uma unidade habitacional com 02 quartos, sala, cozinha, área de serviço, banheiro, totalizando 65 m² ;

j) Área de convivência:

Área de 600 m² coberta, com salão para atividades diversas, palco, camarim e depósito.

k) Coordenação de apoio ao estudante:

Ambiente estruturado com 01 consultório médico, 01 gabinete odontológico, salas

para atendimentos básicos, serviço social e atendimento de psicologia.

l) Almoxarifado e patrimônio:

Área específica para coordenações e depósito.

m) Outros ambientes pedagógicos:

Em processo para licitação, vários ambientes específicos de aprendizagem: aviário (frango de corte, poedeiras e galinha caipira); estufas; horta, laboratório de sementes, laboratório de solos e laboratório multidisciplinar de química e biologia.

7.6 – Campus Amajari.

Com base no conhecimento sobre a região norte do estado e na falta de opção para a profissionalização de jovens e adultos residentes naquela região o IFRR propôs a criação e implantação, que será instalada a aproximadamente 2 km metros da sede do município de Amajari, distante cerca de 180 Km de Boa Vista, numa área de 256,92Ha, localizada à margem esquerda da Rodovia Estadual RR-203 no sentido Boa Vista – Amajari, doada pela prefeitura municipal de Amajari.

Essa localização é importante e estratégica porque está próxima da sede do município e é de fácil acesso pela RR – 203, com pavimentação asfáltica. Tem facilidade para a ligação das redes de energia elétrica e de telefonia. Além de facilitar o atendimento aos habitantes de outras vilas do município e dos demais municípios da região norte do estado.

O Campus de Amajari terá, portanto, uma área de abrangência que permitirá, pela proximidade geográfica e interligação rodoviária, o acesso aos seus cursos e atividades de estudantes filhos de agricultores e proprietários rurais, residentes em 04 municípios do estado, num total de 26.398 habitantes, conforme especificação a seguir⁵:

- Amajari, com uma população de 6.229 habitantes, 1.527 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 226 no Ensino Médio⁶;

- Pacaraima, com uma população de 8.435 habitantes, 2.447 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 515 no Ensino Médio;

- Normandia, com uma população de 5.191 habitantes, 2.217 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 311 no Ensino Médio;

- Uiramutã, com uma população de 6.543 habitantes, 2.323 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 162 no Ensino Médio;

Esse contingente de aproximadamente 9.728 alunos constitui uma demanda direta para o Campus Amajari. Sem levarmos em consideração todos aqueles jovens e adultos que já

⁵ Dados populacionais extraídos do sítio do IBGE, população estimada em 01/07/ 2006. consulta feita em 11/06/2007

⁶ Dados de matrícula extraídos do MEC/INEP/ Censo Escolar de 2005, fonte: IBGE

concluíram o ensino fundamental, ou mesmo o ensino médio. Posto que, nesses municípios a grande maioria das oportunidades educacionais se esgota ao término do ensino fundamental, com exceção de suas sedes, onde existem escolas da rede estadual com a oferta do ensino médio formação geral e do município de Pacaraima, onde recentemente o governo do estado implantou uma extensão da Universidade Estadual – UERR.

A previsão para o início da construção é para o exercício de 2009.

8 – Caracterização Sócio-econômica e Educacional da Área de Abrangência do IFRR).

8.1 – Aspectos Gerais.

O Estado de Roraima, constituído de 15 Municípios numa área de 225.116,1 Km², é uma das nove unidades federadas que integram a Amazônia Legal. Está situado no extremo norte do território brasileiro, com a maior parte de suas terras no Hemisfério Norte. Sua área territorial corresponde a 4% da Amazônia Legal.

Tem como limites, ao Norte, a Venezuela e a República Cooperativista da Guiana; ao Sul, o Estado do Amazonas; ao Leste, a República Cooperativista da Guiana e o Estado do Pará; e a Oeste, o Estado do Amazonas e a Venezuela. Sua fronteira internacional é de 958 km com a Venezuela e 1.922 Km com a República da Guiana, perfazendo um total de 2.880 Km de fronteiras com outros países.

Suas fronteiras estaduais perfazem um total de 1.535 Km, sendo 1.375 Km com o Estado do Amazonas e 160 Km com o Estado do Pará (*Roraima em Números*, GER / SEPLAN 2004).

A posição geográfica de Roraima, limitada por fronteiras internacionais em mais da metade de seu contorno territorial, compromete a situação legal de suas terras. Pois segundo o Inciso II e Parágrafo 2º do Artigo 20 da Constituição Federal, combinado com o Artigo 1º da Lei nº 634, de 02 de maio de 1979, são propriedades da União:

- a) Todas as terras localizadas em faixa de fronteira, numa largura de 150 Km;
- b) Todas as terras compreendidas numa faixa de 100 Km para cada lado de todas as rodovias federais;
- c) As terras que margeiem rios e igarapés; e,
- d) As terras que tenham sido registradas em seu nome, durante os 19 anos de vigência do Decreto-Lei 1164/71.

Desta forma, cerca de 78% das terras de Roraima pertencem à União, estando elas sob a seguinte jurisdição:

- a) Fundação Nacional do Índio – FUNAI (39,40%);
- b) Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (2,11%);
- c) Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (28,02%);
- d) Ministério do Exército (2,85%);
- e) Áreas devolutas (5,41%).

Assim, na condição de Estado, Roraima herdou as terras do ex-território excetuando-se todas aquelas pertencentes à União por força de legislação o que representa apenas 22% da área total.

O Estado apresenta elevadas taxas médias de crescimento populacional, tendo evoluído sua população de 18.116 habitantes, em 1950, para 395.725 habitantes em 2007⁷ (IBGE, 2007). A população concentra-se principalmente na capital com 249.853 habitantes (idem).

A densidade demográfica de Roraima é baixa, da ordem de 1,76 hab/Km². (idem)

Cabe realçar que a composição dessa população reflete os fluxos migratórios observados nessa região ao longo de sua história.

Desde o ano de 1535, com as primeiras expedições espanholas, até meados do século XVIII, as terras de Roraima, bem como todo noroeste da América do Sul, foram percorridas por inúmeros contingentes de aventureiros em busca de metais e pedras preciosas, de tropas portuguesas em busca de índios para execução de trabalhos rurais escravos, de missionários visando assegurar a posse das terras por meio da fundação de diversas missões ao longo do Rio Branco. Do final do século XVIII até meados do século XX, a composição da população foi marcada pela instalação das primeiras “fazendas nacionais”, dedicadas à pecuária extensiva e pelo povoamento das forças espanholas e posteriormente com dominação das forças portuguesas.

No século XX, a partir dos anos 40, e em particular nas décadas de 60 e 70, observou-se em Roraima um grande fluxo imigratório, principalmente oriundo dos Estados do Nordeste, em busca de terras para criação de gado, produção de grãos e agricultura de subsistência. A principal característica desses imigrantes era a condição sócio-econômica baixa, aliada à falta de escolaridade e de formação profissional.

Nas décadas de 70 e 80, o fluxo imigratório continuou, mas pouco a pouco foi revelando um

⁷ Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 28/02/2008.

outro perfil das pessoas que aqui chegavam. Além daqueles com o perfil descrito no parágrafo anterior, foi crescente o índice de profissionais com formação em Nível Superior, geralmente oriundos das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Nesse particular, o programa “Projeto Rondon” da Universidade Federal de Santa Maria – RS que manteve um campus avançado no Estado, foi de fundamental importância. Por outro lado, a condição jurídica do então Território Federal e a grande falta de mão de obra especializada, aliadas às vantagens do “emprego federal” foi a grande descoberta dos imigrantes com formação superior.

Este fato ficou muito evidente, quando após a transformação do Território em Estado, houve uma quantidade elevada de servidores públicos federais solicitando redistribuição para outras Unidades Federadas, com muita frequência para seus Estados de origem. Este fenômeno teve como consequência na sociedade local a diminuição do perfil acadêmico e socioeconômico da população que permaneceu no Estado. (Roraima em Números – GER/SEPLAN, 2004)

Na década de 80, embora não registrada por dados censitários, a população em Roraima foi fortemente aumentada pelo fluxo de garimpeiros, bastante expressivo entre 1985 e 1990. Nesse período registrou-se o auge do garimpo na região, quando se verificou um fluxo populacional desordenado em direção ao Estado.

Entre 1991/96, com o fechamento dos garimpos e as demarcações das áreas indígenas houve reversão do processo migratório, que alterou os níveis do desenvolvimento demográfico de Roraima.

O fenômeno do garimpo trouxe como consequência o agravamento da situação sócio-econômica da população do Estado, que se tornou mais pobre, apesar das grandes quantidades de ouro e diamantes que daqui foram retirados.

Atualmente a população do Estado é formada por uma mistura de raças (índio, branco, negro), cidadãos oriundos de todos os Estados do Brasil, além dos países fronteiriços. Esta realidade apresenta uma grande diversidade cultural, que apesar de positiva, tem um viés que dificulta o surgimento do sentimento regionalista e de uma cultura local própria. Posto que, via de regra, os imigrantes procuram preservar suas tradições e cultura de origem.

O Setor Produtivo local encontra-se em fase de organização e de descoberta de oportunidades, como consequência o desenvolvimento tecnológico é praticamente inexistente, constituindo-se em um mercado muito mais consumidor do que produtor, onde os grandes empregadores ainda são o setor público, seguido do setor de serviços e comércio.

No Setor da Indústria, o Estado possui um Distrito Industrial na cidade de Boa Vista, com 950 ha, cujo projeto arquitetônico e urbanístico foi dividido em três áreas:

- Área Industrial (16,87%);
- Área Administrativa e Recreativa (20,78%);
- Área de Preservação, (62,38%).

As empresas instaladas nesse Distrito estão distribuídas nas áreas de turismo, transportes de cargas, metalurgia, movelaria, madeireira, refrigerantes, tornearia, compensado, abate de aves, beneficiamento de cereais e sementes. O comércio e os serviços abrangem empresas no ramo de atacado e varejo.

Na área do turismo, o Estado possui uma situação geopolítica privilegiada composta de savanas, florestas e grande manancial hidrográfico, constituindo-se em potencial para o ecoturismo.

Em relação ao acesso, o Estado conta com 1.402,66 km de rodovias estaduais, 1.481,93 km de rodovias federais e 4.282,57 km de rodovias Municipais. As principais rodovias no Estado são:

- BR-174: liga Manaus a Boa Vista até a Venezuela, e tem viabilizado, além do turismo, a inserção do Estado nos mercados nacionais e internacionais, como a Venezuela, Caribe e Europa.
- BR-401: liga Boa Vista à cidade de Bonfim, na fronteira com a República de Guiana;
- BR-210: liga a partir do km 500 da BR-174, os municípios de São Luís do Anauá, São João da Balisa e Caroebe, com a capital do Estado e a cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas.
- BR-432: interliga a BR174, município do Cantá a BR 401 no quilômetro 500.

Segundo o Documento “Projeto de Potencialidades do Estado de Roraima“ – SUDAM, os produtos, setores, recursos, ramos e atividades potenciais detectados no Estado de Roraima, em função das características de mercado, foram agrupados em:

- Produtos potenciais de abastecimento local e regional; e,
- Produtos potenciais para um mercado amplo (além dos mercados local e regional, também para os mercados nacional e internacional).

No Estado de Roraima, dadas as condições climatológicas diferenciadas do restante da Amazônia, os produtos potenciais de abastecimento local e regional (movelaria, oleiro-cerâmico,

café, arroz irrigado, pecuária de corte, guaraná, fruticultura – laranja, maracujá, manga, etc e pesca artesanal) possuem uma vantagem comparativa com relação aos mesmos produzidos em outros Estados, porque a sazonalidade dos produtos agropecuários ocorre em épocas distintas ao restante do País.

Um segundo grupo de produtos foi colocado de forma hierárquica, caracterizado por possuir um perfil mercadológico tendencial e que corresponde a culturas ou atividades econômicas que já possuem tradição de produção na região e/ou aquelas que por enquanto não existem, mas que tem potencial e despontam como relevantes no mercado local, regional e internacional proporcionando indicativos de investimentos.

Os produtos potenciais com mercado amplo, em síntese são: ecoturismo, cupuaçu, madeira serrada e pré-beneficiada, indústria de compensado/laminado, piscicultura, amido de mandioca, dendê e soja.

O documento da SUDAM apresenta também uma síntese de cada produto, dos quais destacam-se:

•Oleiro-Cerâmico

O setor oleiro-cerâmico possui problemas estruturais decorrentes do tamanho das empresas – na maioria são de micro e pequeno porte - e da forma como estão posicionadas no mercado de materiais oleiro-cerâmicos. As empresas de menor porte, descapitalizadas, utilizam máquinas, equipamentos e métodos de trabalho rudimentares, tendo como consequência baixa produtividade. Nas maiores, apesar de possuírem melhores condições de produção, existem também diversos pontos de estrangulamento no processo produtivo, que reduzem suas vantagens competitivas. O posicionamento no mercado é representado principalmente, pela concentração da oferta em dois únicos produtos – tijolo e telha - gerando enorme concorrência que ocasiona queda da lucratividade nos períodos de retração da demanda.

O mercado de produtos cerâmicos de Roraima tem peculiaridades em relação ao do resto da Amazônia, pois depende excessivamente do nível de investimentos do setor público. Sendo um Estado criado recentemente é enorme a quantidade de obras públicas, impulsionando o setor de construção civil e conseqüentemente, a demanda de produtos oleiro-cerâmicos.

Considerando que, tanto o Governo como o setor privado continuam alavancando a atividade de construção civil do Estado, dada a estabilização econômica nacional, é possível concluir que ocorrerá incremento na demanda dos produtos fabricados pelo setor em pauta. O fundamental será atender as necessidades da demanda, não apenas em quantidade, mas também em qualidade.

O mercado não é totalmente abastecido, devido à sazonalidade da extração da matéria-prima e problemas técnicos de transporte e produção; mas existe um potencial de produção de outros produtos simples (como cerâmicas e ladrilhos), de amplo uso na construção civil e que hoje em dia são importados de outros Estados.

•**Movelaria**

O setor da industrialização da madeira no Estado de Roraima vem apresentando significativo desenvolvimento ao nível de surgimento de novas empresas, em função do enorme potencial madeireiro. Todavia, os métodos de produção são de reduzido nível tecnológico, pois não secam a madeira, o acabamento é deficiente, inexistente design moderno, dentre outros. Como resultado a produtividade do setor é baixa, com seus reflexos sobre a lucratividade, qualidade e nível de produção.

O incremento da eficiência produtiva depende de vários fatores, tais como: substituição das máquinas e equipamentos, introdução de novas tecnologias no processo produtivo, qualificação da mão-de-obra, utilização de madeira seca, disponibilidade de recursos financeiros para esta atividade.

O setor moveleiro está distribuído espacialmente em todo o Estado, possuindo o maior número de empresas (36,51% do universo industrial do Estado). É um setor que possui um enorme potencial de mercado, no seu grau de aderência e em sua capacidade de fomentar novos talentos empresariais.

O setor moveleiro dispõe de grandes potencialidades, uma vez superados os problemas comuns ao setor, como qualidade, treinamento, acabamento, financiamento e incentivos à atividade.

•**Fruticultura**

O Estado de Roraima, dadas suas peculiaridades edafo-climatológicas, tem condições de produzir frutas de climas temperados, além das tropicais.

Destacam-se como produtos de significativa produção: caju (castanha e fruto), banana, laranja e demais cítricos, maracujá, uva, abacaxi, melancia e manga.

•**Ecoturismo**

O Estado de Roraima apresenta potencialidade para explorar atividades turísticas, principalmente o ecoturismo, dada sua riqueza paisagística e localização geográfica. A região norte-nordeste do Estado apresenta traços geomorfológicos de rara beleza, capazes de atrair turistas nacionais e estrangeiros. Ainda no nordeste a presença dos campos naturais e savanas constituem

um espetáculo natural à parte. Do lado noroeste, a paisagem é rica em floresta tropical, rios e lagos, cuja localidade é habitada por inúmeras famílias do Grupo Indígena Ianomâmi, os quais ainda preservam seus traços culturais primitivos.

Ao centro-sul do Estado, descendo o Rio Branco, defronta-se com as corredeiras do Bem Querer, e com uma infinidade de lagos naturais de muita raridade na Região Amazônica.

Não obstante a riqueza paisagística de Roraima, até o presente, pouco esforço foi observado no sentido da exploração de tal riqueza. A exceção do Lago de Caracaranã, cuja base econômica vem sendo explorada pela iniciativa privada. Existem também outras pequenas iniciativas privadas na Região Sudoeste do Estado.

A BR-174 partindo de Manaus (AM) passando pelo Marco BV-8 até a fronteira com a Venezuela, interligando o Brasil à cidade de Santa Elena, corta no sentido norte-sul todo o Estado de Roraima, facilitando a iniciativa turística (rota Manaus - Caribe).

Por outro lado, abrem-se boas perspectivas de investimentos públicos e privados em infraestrutura turística, incluindo otimização da melhoria de infra-estrutura hoteleira, do sistema de transporte e das comunicações; da capacitação e treinamento do pessoal envolvido na atividade de ecoturismo; bem como a criação de novas opções de lazer.

•Mineração:

Com relação à Mineração, o Estado de Roraima possui potencial mineral, mas estima-se que cerca de 90% das áreas de ocorrências encontram-se em áreas indígenas, pretendidas pela FUNAI ou destinadas a parques florestais ou reservas ecológicas.

Historicamente, Roraima já se destacou pela extração de ouro e diamantes, que inclusive chegou a exportar, mas era uma exploração limitada a garimpos.

A exploração de recursos minerais carece de posicionamentos políticos no sentido de instalar e fazer crescer o gênero industrial da mineração no Estado de Roraima. Acredita-se que, uma vez superada a problemática das terras indígenas, essa atividade tem condições de deslanchar e apresentar sua grande contribuição para o crescimento de Roraima.

8.1 - Tendências do Setor Produtivo.

A economia do Estado é frágil, pouco diversificada e ainda apresenta-se altamente dependente dos repasses federais.

As principais atividades produtivas desenvolvidas em Roraima se resumem na agricultura familiar, na pecuária extensiva, na extração da madeira e em atividades garimpeiras, estando estas em processos de ampla decadência e esvaziamento.

O setor primário é o mais tradicional da economia do Estado. As atividades agrícolas estão direcionadas para as culturas de subsistência, com baixos níveis de produção e de produtividade, com exceção da cultura do arroz irrigado, cuja produção abastece o Estado e ainda apresenta excedentes para exportação.

Roraima possui grande manancial de recursos minerais. Na atualidade, a exploração mineral, quase desativada em face de localização das principais jazidas, restringe-se basicamente ao ouro e ao diamante, através da garimpagem. Não há lavra industrial devido à situação fundiária. Cerca de 90 % das ocorrências minerais encontram-se em terras indígenas e em outras áreas institucionais.

O perfil do setor industrial roraimense está baseado em micro e pequenas empresas, tratando-se de um setor ainda bastante incipiente na economia local, haja vista sua participação relativa no PIB. Os principais ramos industriais explorados são aqueles de caráter tradicional, com baixos níveis tecnológicos e com predomínio dos sub-setores alimentícios, madeireiros e mobiliários, minerais não-metálicos e metalúrgicos.

O sub-setor comércio é constituído principalmente por micro e pequenas empresas varejistas, com destaque para os gêneros alimentícios, vestuário e calçados.

Até recentemente o desenvolvimento da economia estadual era obstado pela fragilidade da infra-estrutura. Nos últimos anos a situação foi modificada de forma substancial, devendo resultar em transformações de grande impacto sobre a base econômica do Estado, além de ampliar o processo de integração nacional e internacional, com a utilização da BR-174 e da importação da energia hidroelétrica de Guri, permitindo a interiorização da energia para todos os municípios do Estado, da construção de uma rede física escolar adequada e suficiente para suprir a demanda e da reorganização da saúde pública através do Programa de Assistência Integral à Saúde – PAI - Saúde.

Considerando o diagnóstico apresentado, a iminente perda de domínio sobre imensas áreas de terras (áreas pretendidas pela FUNAI – áreas indígenas) e o ajuste de Estabilidade Fiscal, o Estado defronta-se com enormes desafios para alcançar o estágio de desenvolvimento auto-sustentável:

- Promoção de sustentabilidade econômica e financeira;
- Geração de emprego e renda, através do fomento às atividades produtivas;

- Elevação do padrão de vida da população;
- Absorção e utilização de novas tecnologias;
- Modernização do Estado;

8.2 - Políticas Públicas.

a) Paradigmas do Desenvolvimento.

Os novos paradigmas do desenvolvimento estadual pressupõem o fortalecimento da infraestrutura municipal, reduzindo os desequilíbrios internos, a formação e a complementaridade de pólos produtivos, a modernização do Estado, através da definição de novo modelo de gestão baseado em eficiência e racionalização de atividades, priorizando a participação da iniciativa privada, a ênfase na educação básica, bem como, na formação técnica, orientada para as vantagens vocacionais, os investimentos crescentes em Ciência e Tecnologia, bem como o enfrentamento da questão fundiária e a inclusão das comunidades indígenas no processo de desenvolvimento estadual.

b) Modelo de Desenvolvimento.

O modelo proposto assenta-se sobre três pilares principais de desenvolvimento: Crescimento Econômico Sustentável, Desenvolvimento Social e Fortalecimento da Integração Regional, Nacional e Internacional.

São condições básicas para a formação dos pilares:

- A implementação de ações que permitam a formação e consolidação da infraestrutura econômica;
- A reorientação do ambiente institucional;
- A valorização do homem;
- A geração de emprego e renda; e,
- O aprofundamento das relações externas visando novos mercados.

Nessa abordagem, o Estado deixa de ser o executor exclusivo do processo de desenvolvimento, passando a acumular funções de coordenação e alcance de resultados. Não se trata, porém de delimitar o espaço de ação do Estado em favor de uma atuação mais contundente da iniciativa privada sob a ótica do neo-liberalismo econômico e das leis de mercado. O Estado é visto como simples regulador e normatizador das atividades econômicas, fixando as regras básicas de

procedimentos e de promoção de práticas sustentáveis de suas atividades.

A idéia do modelo é a da complementaridade e interdependência entre os três pilares de sustentação do desenvolvimento proposto. Ou seja, o alcance do crescimento econômico sustentável depende da consolidação e da ampliação da infra-estrutura econômica (basicamente energia e transporte); do reordenamento e orientação institucional voltados para um melhor desempenho das atividades produtivas; estruturação e melhor desempenho das atividades produtivas primárias.

O alcance do desenvolvimento social deverá ser atingido tanto por via própria, através do fortalecimento das ações de cidadania, como também o próprio crescimento econômico sustentável, ao gerar emprego e renda, trará como condição natural o desenvolvimento social.

A integração regional, nacional e internacional tem como pressupostos a consolidação e ampliação da infra-estrutura energética e de transporte e a promoção das atividades produtivas potenciais do Estado. Sob outro ângulo, as ações institucionais e políticas voltadas para a educação e pesquisa bem como o desenvolvimento de serviços voltados para a alavancagem dos negócios funcionará como outra via para a promoção da integração econômico-geográfica.

A aplicação desse modelo está condicionada por questões, que estão sendo superadas gradativamente. Algumas são inerentes às próprias características da região: baixa densidade populacional; fragilidade de seus ecossistemas; intenso e desordenado processo migratório, entre outras.

Desafio de outra magnitude é o de garantir a inclusão dos diversos grupos sociais aos benefícios do desenvolvimento econômico.

Reconhece-se ainda, o atraso na aquisição do conhecimento científico e das tecnologias de ponta, requeridas para responder aos desafios e viabilizar o potencial contido nas vantagens comparativas da região.

Cabe ressaltar que as características do atual modelo de ocupação das terras e da inserção da comunidade indígena no processo de desenvolvimento sócio-econômico precisam ser reorientadas para uma nova forma de intervenção, haja vista, o processo concentrador, as relações com as forças dominantes, fruto dos privilégios cartoriais, como modelo distributivista, etc, que têm levado ao agravamento das questões fundiária e indígena.

Do mesmo modo, os recursos disponíveis para a realização de tais propósitos, extremamente limitados, são inversamente proporcionais às necessidades demandadas. Urge assim, aumentar a

arrecadação estadual e empreender um grande esforço para captar recursos tanto de fontes nacionais, quanto de fontes externas.

Os recursos disponibilizados darão forma aos grandes projetos de interesse do Estado, como a BR-401, em direção à divisa do Brasil com a Guiana, importante interconexão brasileira com os países de Mercado Comum Europeu, mercado Caribenho e Norte-Americano; manutenção da BR-174, que é fundamental para integração econômica do Estado com o restante do País, sobretudo com o Estado do Amazonas e com a Venezuela; Energia firme e confiável com o Sistema de Transmissão da Hidroelétrica de Guri, na Venezuela, até a capital, Boa Vista.

Caberá mais diretamente ao Estado a articulação para viabilização de outros projetos, tais como: Interconexão Energética com o interior do Estado; consolidação de Pólos Produtivos - Grãos (ressaltando-se os de soja, milho e arroz irrigado), Pecuária (grande e pequeno porte); Hortigranjeiros (ressaltando-se o do Passarão), Agro-industrial e Pólos de Ecoturismo.

Em síntese, a grande questão para a implementação do modelo de desenvolvimento assim proposto para o Estado, consiste em colocar Roraima como ator relevante no cenário econômico, inserindo-o como sócio participativo no processo de abertura das economias regional e nacional. Para tanto, a captação de recursos nacionais e externos é de fundamental importância para financiar os grande projetos estruturantes que, ao viabilizar e melhorar a infra-estrutura, pelo aproveitamento do potencial que possui o Estado na agropecuária e agroindústria, na minero – metalúrgica e no turismo ecológico, torne viável a realização do compromisso social. Além do mais, tais indicações incorporam compromissos de governo que vêm sendo implementados.

3.4.4 - Política de Crescimento.

A política de crescimento econômico proposta para o Estado de Roraima fundamenta-se essencialmente na gradual redução do papel do Estado como concentrador das ações de desenvolvimento, para assumir a função de norteador e irradiador do processo. A dimensão dessa política traduz-se em priorizar o desenvolvimento social como referencial para toda ação do Estado.

Desta forma, o propósito final da política econômica é propiciar um crescimento que privilegie a geração de emprego e distribuição de renda assentada na consolidação da infra-estrutura, reordenação institucional, e promoção das atividades produtivas potenciais do Estado, respeitando-se as características socioculturais. Para tal, foram definidos como macroobjetivos:

a)Crescimento Econômico Sustentável – Bases para a Competitividade.

Tem como pressupostos a reestruturação, ampliação, modernização e verticalização da base produtiva, buscando-se o aumento da geração de emprego e de internalização de renda e de valor agregado favorecendo a inserção competitiva e complementaridade da economia local com os mercados regional – particularmente com o Estado do Amazonas – e internacional, sobretudo, com Venezuela e Guiana implicando em:

- Aproveitamento das potencialidades locais, orientado por modelos de gestão ambiental e territorial;
- Identificação, implantação e/ou consolidação de eixos de integração produtiva;
- Equacionamento da complexa situação indígena e fundiária do Estado, como forma de propiciar a realização de novos investimentos no Estado;
- Desenvolvimento científico e tecnológico, tendo como referência principal a articulação entre a base técnico-científica e as demandas do setor produtivo;
- Formação e qualificação de mão-de-obra, envolvendo a elevação da base educacional e a capacitação profissional.

b)Desenvolvimento Social – Fortalecimento da Cidadania.

As linhas de política e programação devem estar orientadas para:

- Promoção das mais variadas formas de geração de novos empregos, sobretudo através de facilidades na obtenção de qualificação profissional, favorecendo a distribuição da renda proveniente do trabalho;
- Garantia da efetiva melhoria de vida, através da eliminação sistemática das barreiras ao acesso aos bens e serviços públicos (saúde, educação, saneamento, habitação, etc) e de medidas asseguratórias ao atendimento prioritário à população mais carente; e conquista do verdadeiro sentido da cidadania através do desenvolvimento de práticas e manifestações socioculturais, visando ao fortalecimento das organizações sociais e comunitárias;
- Promoção da transformação da estrutura rural, orientada para o assentamento, reassentamento, a regularização fundiária, o fortalecimento do associativismo e elevação da produtividade da mão-de-obra rural.

c)Fortalecimento da Integração Regional, Nacional e Internacional – Inserção Econômica do Estado. Para efetiva inserção do Estado, duas vertentes se apresentam. A primeira recai sobre a questão da complementaridade da economia do Estado com a Amazônia Ocidental, sobretudo com o Estado do Amazonas, a partir do eixo de integração BR-174, utilizando-se as vantagens comparativas potenciais na produção e no comércio, evoluindo para o desenvolvimento de um setor agro-industrial e de serviços. A segunda vertente volta-se para a utilização do denominado “Arco Norte” como fator de integração com os países limítrofes, com construção de articulações, internas e externas, que propiciem condições para a inserção do Estado no projeto nacional de política externa, abrindo interessantes.

8. 3. - Educação no Estado.

Dentre todas as problemáticas e iniciativas inerentes ao Estado de Roraima tem-se que considerar como importante, coerente e no caminho certo, apesar de seus problemas, o desenvolvimento do Sistema Educacional. A estrutura física das escolas estaduais é de boa qualidade, apresentando boas instalações, com amplas salas de aulas, ginásios cobertos e/ou quadras poliesportivas.

O Estado de Roraima dispõe de uma população estimada em 40.005 jovens na faixa etária de 15 a 19 anos (IBGE – 2007). Este contingente populacional constitui-se em demanda potencial tanto para a Educação Básica, em especial o Ensino Médio, quanto para a Educação Profissional.

No Estado, somando-se as redes municipal, estadual, federal e particular, existem 744 estabelecimentos de Educação Básica (INEP / MEC - 2006). Destes, 540 escolas estão situadas na zona rural.

Neste cenário, abrangendo tanto a capital quanto o interior do estado, está situada a área de abrangência do IFRR. Por essa razão é que IFRR já vem investindo na oferta de cursos de formação profissional em áreas diversas, inclusive com a ação da UNED Novo Paraíso voltada especialmente para a profissionalização do homem do campo.

A preocupação com sua efetiva inserção no contexto regional, visando atender com ações efetivas de formação profissional às peculiaridades regionais, aos arranjos produtivos locais e aos interesses dos jovens e trabalhadores é que faz do futuro IFRR uma instituição pluricurricular. Essa definição permite que sua atuação e oferta de cursos possa ocorrer visando tanto a formação de profissionais para a área da indústria, quantos para a área de serviços e para os diversos setores da economia.

Frente a realidade do estado, o IFRR não poderá ter um foco de atuação voltado somente

para um determinado setor, ou uma determinada área. O estado, em processo de definição de sua matriz de produção, precisa da atuação das agências de formação profissional nos diversos setores da economia, até que se descubra o potencial produtivo e desenvolvimentista que demandará maiores investimentos na formação profissional.

Dessa forma o IFRR terá uma grande responsabilidade e importância no contexto sócio-educacional do estado.

9. METODOLOGIA DO PROCESSO DE AUTO-AVALIAÇÃO

A metodologia da auto-avaliação realizada no IFRR através de sua CPA baseou-se em dois princípios norteadores: o da **globalidade**, que envolve todas as dimensões da instituição e o da **legitimidade**, que significa o reconhecimento da importância da realização desta avaliação por parte da comunidade acadêmica .

Nesse sentido, o processo avaliativo considerou também as avaliações realizadas no âmbito das diretorias administrativas, de ensino técnico e pesquisa e pós-graduação em seus respectivos encontros e reuniões, o que possibilitou que a comunidade escolar participasse sobre as suas atividades e possibilitando o conhecimento e análise da instituição em sua globalidade, propondo inclusive, medidas para seu aperfeiçoamento, com vistas à melhoria da instituição como um todo.

Além de considerar as análises já desenvolvidas pelos diversos setores, a Comissão Própria de Avaliação - CPA, também aplicou questionário, de forma on line, visando verificar as percepções de professores, alunos, técnicos administrativos e gestores, que, ao emitirem julgamento sobre a prática da instituição, se auto-avaliavam. O questionário buscou contemplar as dez dimensões estabelecidas pelo SINAES, sendo desenvolvidas a partir das seguintes etapas:

- sensibilização, preparação e divulgação;
- desenvolvimento;
- auto-avaliação;
- consolidação do relatório global de auto-avaliação.

O procedimento adotado para aplicação do questionário realização da avaliação foi por amostragem tanto de alunos dos cursos superiores quanto de servidores e professores.

O instrumento (questionário) aplicado foi elaborado através das discussões realizadas nas subcomissões e apresentava a seguinte escala:

- Não é atendido
- Atendido em até 25%
- Atendido em até 50%

➤Atendido em até 75%

➤Atendido em 100%

➤Não se aplica

Em síntese, a metodologia adotada na auto-avaliação, conforme preconiza o SINAES, buscou em seu desenvolvimento atingir todos os segmentos, formados por professores, alunos, técnicos administrativos, de forma global e integrada, caracterizando-se, ainda, como um processo de apreensão do conhecimento, diálogo entre saberes e atores e de intervenção na realidade.

Por compreender que o conhecimento da realidade é dinâmico esta comissão define em seu plano de trabalho a opção para o ano seguinte (2009), utilizar estes resultados para realizar discussões através de fóruns com a finalidade de buscar soluções e seus encaminhamentos para solução dos problemas apresentados.

10. RESULTADOS DO PROCESSO DE AUTO-AVALIAÇÃO

5.1 Dimensão 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

“ Em decorrência da transformação do CEFET-RR em IFRR, no final de 2008 e considerando que o PDI do IFRR para o período 2009 – 2013, foi concluído somente em junho de 2009, com seu início de execução no ano letivo de 2010. O instrumento de análise para essa auto-avaliação foi o PDI do CEFET-RR”.

A Missão do CEFET-RR é: “Desenvolver Educação de Qualidade promovendo o Ensino, a Pesquisa Científica e Tecnológica e a Extensão, contribuindo para o desenvolvimento Social e Econômico do País.”

O Plano de Desenvolvimento Institucional do CEFET-RR, para o período 2005-2009, foi elaborado de acordo com a Portaria 476/2004, de 17 de dezembro de 2004, por uma Comissão que contou com o envolvimento de diversos setores da Instituição, utilizando como estratégia de trabalho a realização de eventos internos, que culminou no Encontro Pedagógico 2004.2, e teve a participação de Discentes, Servidores Técnicos - Administrativos e Docentes. No evento foram levantadas as forças e fragilidades existentes no CEFET-RR, e analisadas as pesquisas de demanda realizadas anteriormente, assim como as oportunidades e ameaças relacionadas a Instituição no Estado.

Através da análise documental detectou-se:

5.1.1 – Fragilidades

- *Pouco conhecimento do PDI pela comunidade interna e externa.
- *Necessidade de atualização e adequação do PPP e Organização Didática vigente.
- *Melhor definição do plano para acompanhamento de egressos definido no PDI.
- *Momento de transição para Instituto Federal de Educação Tecnológica.
- *Necessidade de adequação do PDI condizente com a realidade.

5.1.2 – Potencialidades

* PDI elaboração do PDI, conforme as determinações legais que estabelece o decreto N° 5225 de 01/12 de 2004 e contou com envolvimento de todos os segmentos e setores da Instituição.

* Ampla articulação entre a PDI e PPI na orientação para concepção, construção e execução de planos de cursos e proposta curriculares nos três níveis de ensino.

* Missão, objetivos e finalidades institucionais, amplamente explicitadas nos planos de cursos, PDI e PPI.

* Realização constante de pesquisa de demanda para criação de novos cursos e atualização dos existentes.

* Existência no PDI das características básicas do CEFET-RR quanto a oferta de educação tecnológica e sua importância no contexto educacional e responsabilidade social no Estado de Roraima.

* Existência no PDI de ações voltadas a política de Educação inclusiva.

Para o estudo desta dimensão utilizou-se além da análise documental PDI e PPI, a aplicação de questionários (em anexo). No que tange às informações obtidas por esta comissão, durante a análise dos documentos, foi identificado pouco conhecimento da comunidade escolar sobre o PDI e PPP, o qual foi confirmado no questionário, conforme tabela abaixo especificada:

Tabela 01 – MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

ASPECTOS AVALIADOS	Professores (%)						Alunos (%)						Técnicos (%)					
	na	25	50	75	100	nap	Na	25	50	75	100	nap	na	25	50	75	100	nap
Conhecimento de normas e regulamentos CEFET/RR	18	12	23	35	6	6	21	23	22	20	00	13	10	53	16	16	00	5
Conhecimento Plano de Desenvolvimento Institucional	18	23	23	23	6	6	26	26	17	10	02	18	21	26	26	21	00	5
Conhecimento da Missão	12	6	12	29	35	6	16	19	26	15	7	16	00	16	37	42	5	00
Articulação do PPP e PDI	23	12	29	23	00	12	NR	NR	NR	NR	NR	NR	*	*	*	*	*	*
Conhecimento sobre o manual do estudante	*	*	*	*	*	*	27	22	15	9	4	23	*	*	*	*	*	*

na- não atendido/25-atendido em até 25%/50-atendido em até 50%/75-atendido em até 75%/100-atendido em até 100%/nap-não se aplica

*Questão não investigada neste segmento.

Diante das respostas aos questionários, observa-se que:

1.Em relação aos professores a maior parte dos entrevistados tem conhecimento tanto das normas, quanto dos documentos institucionais existentes e percebem a articulação existentes entre tais documentos. E no concerne a missão institucional a grande maioria tem conhecimento pleno.

2.Em relação aos alunos do curso superior, a maior parte dos entrevistados demonstra pouco conhecimento sobre os documentos institucionais, embora seja apresentado no início do ano letivo e esteja disponível tanto na site do CEFET-RR on line, quanto de forma física e com vários exemplares na biblioteca da instituição.

3. Em relação aos técnicos que responderam ao questionário, a maior parte demonstra pouco conhecimento sobre os documentos institucionais, embora esteja disponível tanto no site do CEFET-RR on line, quanto de forma física e com vários exemplares na biblioteca da instituição.

Comprovou-se, portanto, que alunos e técnicos têm pouco conhecimento quanto às normas e regulamentos do CEFET-RR, bem como em relação ao plano de desenvolvimento institucional e sua missão.

É importante observar também, que tais documentos deverão ser redimensionados com o foco nas novas linhas de trabalho, advindas da recente institucionalização (Institutos Federais). Além de contemplar a Expansão do IFRR, com o *Campi*. Oportunidade para construção, discussão e divulgação, por parte dos gestores, dos documentos oficiais que interferem diretamente na vida de cada sujeito atuante na instituição.

5.2 Dimensão 2: A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão

Nesta dimensão, foi observada a política para o ensino, pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades, considerando-se também:

- Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem de acordo com os fins da instituição e diretrizes curriculares);
- Práticas institucionais que estimulam a melhora da qualidade do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino;
- Vínculo e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local e regional;
- Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demanda do entorno local;
- Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas;
- Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação;
- Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação *lato e stricto sensu*;

Considerando-se ainda que, o estudo dos documentos que norteiam a gestão do ensino superior é pautado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, buscou-se observar o grau de satisfação dos atores envolvidos.

Através da análise documental detectou-se:

5.2.1 – **Fragilidades**

- *Não apresentação explícita de política sistematizada voltada para o desenvolvimento de pesquisa tecnológica;
- *Defasagem nas Metodologias de Ensino;
- * Poucas ações interdisciplinares na implantação curricular;
- *Evasão nos cursos Técnicos e Superiores;
- *Baixo nível de conhecimento dos alunos das competências de formação básica nos cursos Técnicos;
- * Grande número de professores temporários atuando no IFRR;
- *Número reduzido de profissionais Pedagogos atuando no acompanhamento pedagógico dos cursos;
- * Número reduzido de pesquisa realizado IFRR.

5.2.2 – **Potencialidades**

- *Os currículos dos cursos ofertados estão integrados a missão institucional, atende às necessidades do contexto sócio-econômico do Estado de Roraima;
- * Estrutura Curricular segundo a modelo do currículo por competência para cursos médios e técnicos;
- *Estratégias de Ensino utilizando o desenvolvimento de projetos, adotadas na maioria dos cursos técnicos;
- *Adoção do sistema multidimensional de avaliação (Avaliação da aprendizagem, das estratégias de ensino, do desempenho docente e dos planos de cursos.)
- * Realização de encontros pedagógicos semestralmente;
- * Realizações de reuniões pedagógicas por cursos, semanalmente, quinzenalmente e mensalmente;
- * Realizações de Oficinas Pedagógicas sobre metodologia de ensino;
- * Realizações de visitas técnicas e aulas de campo;
- * Realizações de conselhos de análise com envolvimento de alunos e professores;
- * Criação da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- * Criação da Revista Norte Científico;
- * Desenvolvimento de pesquisa por alunos do projeto PIBIC;
- * Implementação de pesquisas com povos indígenas e da terceira idade para desenvolvimento de projetos;
- * Realizações de convênios interinstitucionais para a ofertas de cursos pós-graduação *lato e stricto sensu*;
- *Realização de concurso para suprir necessidade do capital Humano;

demanda local																			
Monitoria	*	*	*	*	*	*	22	21	15	16	4	23	*	*	*	*	*	*	*
Empresa júnior	*	*	*	*	*	*	36	5	11	2	2	10	*	*	*	*	*	*	*
Desenvolvimento de projeto de extensão para comunidade	23	29	18	18	6	6	16	29	19	18	4	18	*	*	*	*	*	*	*

na- não atendido/25-atendido em até 25%/50-atendido em até 50%/75-atendido em até 75%/100-atendido em até 100%/na- não se aplica
 *Questão não investigada neste segmento.

Diante das respostas aos questionários, observa-se que:

1.Em relação aos professores a maior parte dos entrevistados, no tocante ao ensino tem suas necessidades atendidas de forma satisfatória. Em relação a pesquisa e extensão não são atendidos de forma satisfatória, principalmente em relação ao horário, apoio (seja através de bolsa ou mesmo disponibilidade de tempo para orientação) e ainda não conseguem perceber a relevância das pesquisas realizadas e sua articulação com a extensão.

2.Em relação aos alunos do curso superior, no tocante ao ensino, maior parte dos entrevistados demonstra atendimento parcial em relação ao perfil, projeto e adequação de horários em que os cursos são oferecidos. Quanto a pesquisa, são atendidos de forma regular em relação a incentivos e horários e em relação a extensão , conforme questionário, a maioria dos pesquisados destaca de forma negativa somente a inexistência de empresa júnior e o desenvolvimento da extensão para comunidade.

3.Em relação aos técnicos, no questionário que responderam não continha questões que abordassem este tema.

Em relação a esta dimensão, e considerando-se ainda que, o estudo dos documentos que norteiam a gestão do ensino superior é pautado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, observa-se a necessidade de melhoria da sua relação com o entorno, através do desenvolvimento de políticas de extensão, que atendam de forma sistemática e gratuita a comunidade de seu entorno como forma de dar maior visibilidade para resultados efetivos de contribuição para o desenvolvimento loco-regional.

5.3 Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição

Nesta dimensão, a responsabilidade social da instituição será considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Através da análise documental detectou-se:

5.3.1 – **Fragilidades**

- *Não apresentação explícita de política para atendimento sistemático e gratuito dos cursos de extensão para sociedade em geral;
- * Falta de estrutura para atendimento a pessoas com deficiência.

5.3.2 – **Potencialidades**

- * Para melhor atender as perspectivas de inclusão social o IFRR oferta cursos de formação profissional de nível técnico com currículo integrado ao ensino médio na modalidade EJA.
- *Realização do V JOCAN – Jogos dos Institutos Federais da Região Norte.
- *Atendimento a pessoas portadores de necessidades especiais com ações na área de educação profissional e esportes;
- *Os currículos dos cursos ofertados estão integrados a missão institucional, atende às necessidades do contexto sócio-econômico do Estado de Roraima;
- *Programa de alunos Bolsistas: atende alunos de maior carência sócio-econômica;
- *Programa de alunos estagiários;
- *Programa de fardamento escolar para alunos dos cursos técnico ;
- *Programa médico-odontológico para atendimento tanto de alunos quanto de servidores;
- *Assistência social;
- *Mecanismos de estímulo à permanência do aluno e superação de suas dificuldades de aprendizagem;
- *Realização do IFRR COMUNIDADE, com atendimento a comunidade externa, especialmente bairros carentes;
- *Interação social em comemorações e eventos com a participação de discentes, funcionários e comunidade em geral;
- *Formação, qualificação e atualização de trabalhadores para os diferentes setores do processo produtivo;
- *Os cursos são programados e desenvolvidos em função de demandas identificadas.
- *Execução do projeto da 3ª idade para pessoas de 60 anos em diante;
- *Cursos de extensão: espanhol, inglês, francês, libras, intenção ao árabe.
- *Escola de natação, possibilitando estímulos à prática esportiva.
- *Programa alunos monitores e programa empresa júnior.
- *No tocante a preservação ambiental, o IFRR promove os cursos superiores de tecnologia em saneamento ambiental e turismo, com foco neste tema.

Para o estudo desta dimensão utilizou-se além da análise documental, a aplicação de questionários (em anexo), sintetizados na tabela abaixo:

Tabela 03 – RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

ASPECTOS AVALIADOS	Professores (%)						Alunos (%)						Técnicos (%)					
	na	25	50	75	100	nap	na	25	50	75	100	nap	na	25	50	75	100	nap
Oferta de curso para viabilização da inclusão social	12	32	18	29	00	6	4	28	31	17	2	18	*	*	*	*	*	*
Realização de ações sociais	12	32	29	23	00	6	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Realização junto a alunos, de ações sociais	6	32	18	23	12	6	15	33	17	22	4	9	*	*	*	*	*	*
Capacitação para trabalhar com alunos com deficiência	29	29	23	12	00	6	24	18	18	13	4	22	*	*	*	*	*	*
Programa de estágio para alunos	12	29	32	12	00	12	5	30	15	26	18	5	*	*	*	*	*	*
Programa de fardamento escolar	NR	NR	NR	NR	NR	NR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Programa médico-odontológico	NR	NR	NR	NR	NR	NR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Programa de inclusão digital	NR	NR	NR	NR	NR	NR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Projeto para educação indígena	NR	NR	NR	NR	NR	NR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Programa de inclusão de jovens e adultos	NR	NR	NR	NR	NR	NR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Desenvolvimento de ações para preservação do meio ambiente	29	18	12	29	00	12	23	18	19	18	6	17	*	*	*	*	*	*
Quanto ao laboratório de artes	12	23	18	12	18	18	00	9	27	18	36	9	*	*	*	*	*	*
Incentivo ao desenvolvimento de atividades artísticas	6	29	23	6	6	29	00	27	18	00	36	18	*	*	*	*	*	*
Participação em atividades culturais	12	23	41	12	6	6	00	27	18	18	27	9	*	*	*	*	*	*

na- não atendido/25-atendido em até 25%/50-atendido em até 50%/75-atendido em até 75%/100-atendido em até 100%/nap-não se aplica

*Questão não investigada neste segmento.

Diante das respostas aos questionários, observa-se que:

1.Em relação aos professores a maior parte dos entrevistados, não percebe o alcance da inclusão social e não se julga atendido quanto a capacitação para o trabalho com alunos com deficiências . Também não percebe o esforço em relação ao atendimento de ações culturais e ambientais. O que é contraditório, uma vez que existe de forma anual semanas destinadas especificamente a cada curso e participação em eventos organizados por outras instituições, em que os alunos são premiados por seus desempenhos. Aliado a este posicionamento, existe um centro de artes que oferece diversas atividades artísticas gratuitas, conforme programação semestral.

2.Em relação aos alunos do curso superior, no tocante a inclusão social e a desenvolvimento de ações de prevenção ambiental, a maior parte dos entrevistados demonstra atendimento parcial. Porém sentem-se atendidos de forma satisfatória em relação a existência das atividades artísticas.

3.Em relação aos técnicos, no questionário que responderam não continha questões que abordassem este tema.

5.4 Dimensão 4: A comunicação com a sociedade

Nesta dimensão - comunicação com a sociedade – buscou-se a observação da percepção dos atores envolvidos no processo através de estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa;

Através da análise documental detectou-se:

5.4.1 – Fragilidades

*Não existência de uma Rádio Escola.

*Site oficial incompleto.

5.4.2 – Potencialidades

* Elevado número de murais existente ambientes de circulação do IFRR

* Realização semanalmente de reuniões do grupo gestor para tomada de decisões e repasse de informações;

* Circulação mensal do Informativo do GDRH;

* Assinatura do Jornal Folha de Boa Vista;

*Publicação de notícias do IFRR quinzenalmente na coluna Panorama do Jornal Folha de Boa Vista;

Para o estudo desta dimensão utilizou-se além da análise documental, a aplicação de questionários (em anexo), sintetizados na tabela abaixo:

Tabela 04 – A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

ASPECTOS AVALIADOS	Professores (%)						Alunos (%)						Técnicos (%)					
	na	25	50	75	100	nap	na	25	50	75	100	nap	na	25	50	75	100	nap
Estratégias, recurso e qualidade da comunicação interna e externa	29	29	18	12	00	18	00	54	27	9	00	9	*	*	*	*	*	*
Utilização de meios de comunicação para divulgação	12	29	41	12	00	12	9	45	27	00	18	00	*	*	*	*	*	*
Publicidade de notícias (site, outdoor, revistas, jornais)	6	23	29	23	6	18	00	27	36	27	00	9	*	*	*	*	*	*

na- não atendido/25-atendido em até 25%/50-atendido em até 50%/75-atendido em até 75%/100-atendido em até 100%/nap-não se aplica

*Questão não investigada neste segmento.

Diante das respostas aos questionários, observa-se que:

1.Em relação aos professores, a percepção de menor satisfação está em considerar a inadequação dos recurso utilizados como estratégia de comunicação na instituição, porém consideram de forma satisfatória os meio utilizados para divulgação e publicidade das notícias.

2.Em relação aos alunos do curso superior, a percepção é semelhante a dos professores, ou seja, a percepção de menor satisfação está em considerar a inadequação dos recurso utilizados como estratégia de comunicação na instituição, porém consideram de forma satisfatória os meio utilizados para divulgação e publicidade das notícias.

3.Em relação aos técnicos, no questionário que responderam não continha questões que abordassem este tema.

5.5 Dimensão 5: As políticas de pessoal

Na dimensão: políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho, foi investigada através de questões referentes a:

- Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida para os docentes e técnicos administrativos;
- Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional;

Para o estudo desta dimensão utilizou-se além da análise documental, a aplicação de questionários (em anexo), sintetizados na tabela abaixo:

Tabela 05 – POLÍTICA DE PESSOAL, DE CARREIRA

ASPECTOS AVALIADOS	Professores (%)						Alunos (%)						Técnicos (%)					
	na	25	50	75	100	nap	na	25	50	75	100	nap	na	25	50	75	100	nap
Programa de qualificação e melhoria da qualidade de vida	12	47	23	00	6	12	*	*	*	*	*	*	17	6	35	29	6	6
Clima, grau de satisfação pessoal e profissional	12	41	18	12	12	6	*	*	*	*	*	*	29	29	6	29	00	6
Setor de recursos humanos	12	23	47	12	6	12	9	36	2	9	18	00	6	25	19	31	19	00
Quantidade de recursos humanos	23	18	29	18	6	6	9	45	18	9	18	00	*	*	*	*	*	*
Agilidade e qualidade na solução de problemas	6	35	29	18	00	12	00	27	9	27	36	00	00	35	23	29	00	12
Comunicação interna na instituição	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	35	35	12	6	6	6

na- não atendido/25-atendido em até 25%/50-atendido em até 50%/75-atendido em até 75%/100-atendido em até 100%/nap-não se aplica
*Questão não investigada neste segmento.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE SERVIDORES CAPACITADOS NO EXERCÍCIO DE 2007.

Servidores Capacitados	JAN	FEV	MAR
Professores	03	02	41
Técnicos Administrativos	02	99	06
Total	05	101	47

Professores:	JAN	FEV	MAR
	01- Mestrado	01 - Mestrado	39 – Estágio Técnico
	01-Doutorado	01 - Seminário	01- Encontro
	01-Seminário	101	01 – Mestrado
Técnicos:	JAN	FEV	MAR
	01 – Mestrado	99 – Curso de capacitação	02 – Curso de capacitação

	01 – Seminário		01 – Visita Técnica
			01- Estágio Técnico
			02 – Congresso

**QUADRO DEMONSTRATIVO DE SERVIDORES
CAPACITADOS EM 2008/2009**

SERVIDORES CAPACITADOS	QUANTIDADE MÊS DE OUTUBRO	OBSERVAÇÃO
Professores	15	
Técnicos Administrativos	04	

DISCRIMINAÇÃO POR CARGO:

PROFESSORES

CURSO	NUMERO DOCENTES	OBSERVAÇÃO
Doutorado	01	
Mestrado	01	
Especialização		
Fórum/Simpósio/Seminário	04	
Capacitação e Treinamento	01	
Congresso/Encontro	07	
Estágio Técnico	01	

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

CURSO	NUMERO TÉCNICOS	OBSERVAÇÃO
Doutorado		
Mestrado	01	
Especialização		
Fórum/Simpósio		
Capacitação e Treinamento	01	
Congresso/Encontro	02	
Estágio Técnico		

Diante do quadro acima descrito, percebe-se que houve um esforço significativo da instituição no sentido da profissionalização de seu quadro pessoal. Considerando-se inclusive que a maior parte de pessoal do quadro do CEFET/RR, originou-se do ex-território.

5.6 Dimensão 6: Organização e gestão da instituição

Nesta dimensão, foi questionada a organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com o mantenedor, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios, garantida através de:

➤ Existência de um plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real;

- Funcionamento, composição e atribuições dos órgãos colegiados;
- Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas
- Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática)

Tabela 06 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

ASPECTOS AVALIADOS	Professores (%)						Alunos (%)						Técnicos (%)					
	na	25	50	75	100	Na P	na	25	50	75	100	nap	na	25	50	75	100	nap
Adequação da atual estrutura administrativa	12	12	41	23	6	6	00	00	45	27	27	00	00	25	25	50	00	00
Desempenho da gestão atual	6	23	23	35	6	6	00	00	54	45	00	00	12	19	37	31	00	00
Participação na gestão	6	27	27	27	00	6	00	00	64	36	00	00	31	25	12	31	00	00
Existência de plano de metas e gestão	6	27	27	23	00	12	9	00	45	36	00	9	25	37	12	25	00	00

na- não atendido/25-atendido em até 25%/50-atendido em até 50%/75-atendido em até 75%/100-atendido em até 100%/nap-não se aplica
*Questão não investigada neste segmento.

Nesta dimensão, verifica-se o grau de satisfação comum as três categorias:

Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

Na entrevista com os professores obteve-se o seguinte resultado: grau de satisfação médio, indicando que a gestão é participativa com tomadas de decisões a partir de discussões com o colegiado, as metas são articuladas com o Plano de Desenvolvimento Institucional PDI, e consultado a comunidade interna através de fóruns e seminários. O aluno do universo investigado indica um grau de satisfação pouco acima do grau médio, sugerindo que a organização e gestão podem envolver mais discussões com participação do corpo discente. Já os técnicos demonstram que a satisfação encontra-se acima do grau médio. Tudo isso ficou demonstrado com:

Existência de um plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real;

Funcionamento, composição e atribuições dos órgãos colegiados;

Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas;

Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática),

Atualmente está adequando-se, tendo em vista que a instituição esta desenvolvendo estratégias para a concretização dos órgãos colegiados.

Tabela 07 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO (Departamento/Coordenação de Curso e órgãos de apoio)

ASPECTOS AVALIADOS	Professores (%)						Alunos (%)						Técnicos (%)					
	na	25	50	75	100	nap	na	25	50	75	100	nap	na	25	50	75	100	nap
Existência de acompanhamento e orientação	6	12	23	41	6	12	8	8	31	15	31	8	*	*	*	*	*	*
Distribuição de atividades	00	18	35	35	00	12	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Desenvolvimentos das atribuições do chefe departamental	00	23	23	35	6	12	8	8	31	31	15	8	*	*	*	*	*	*
Desenvolvimento de atribuição dos coordenadores de cursos	00	12	12	18	47	12	00	00	23	54	15	8	NR	NR	NR	NR	NR	NR
Debate e análise de assuntos acadêmicos de forma colegiada	00	29	18	23	6	23	8	31	31	23	00	8	*	*	*	*	*	*
Atendimento por parte da secretaria da diretoria	NR	NR	NR	NR	NR	NR	00	8	31	46	8	8	*	*	*	*	*	*
Conhecimento das atribuições dos coordenadores	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	*	*	*	*	*	*
Conhecimento de atividades colegiadas dos cursos	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	*	*	*	*	*	*
Atuação do coordenador com necessidades do curso	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	*	*	*	*	*	*
Protocolo	*	*	*	*	*	*	NR	NR	NR	NR	NR	NR	00	19	19	25	37	00
CAES	*	*	*	*	*	*	NR	NR	NR	NR	NR	NR	12	6	19	37	25	00
Almoxarifado	*	*	*	*	*	*	NR	NR	NR	NR	NR	NR	00	19	6	62	00	12
CORES	*	*	*	*	*	*	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR
COTUR	*	*	*	*	*	*	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR

na- não atendido/25-atendido em até 25%/50-atendido em até 50%/75-atendido em até 75%/100-atendido em até 100%/nap-não se aplica
*Questão não investigada neste segmento.

Em relação a esta dimensão, percebe-se que o grau de insatisfação é demonstrado somente no item debate de forma colegiada, possivelmente devido a não estruturação dos centros acadêmicos, espaço de participação e envolvimento mais efetivo do estudante universitário, porem vale ressaltar que este espaço depende de iniciativa do próprio estudante.

Tabela 08 – ORGANIZAÇÃO QUANTO A PARTICIPAÇÃO NA VIDA INSTITUCIONAL

ASPECTOS AVALIADOS	Professores (%)						Alunos (%)						Técnicos (%)					
	na	25	50	75	100	nap	na	25	50	75	100	nap	na	25	50	75	100	nap
Participação em órgãos colegiados	23	18	18	23	00	18	NR	NR	NR	NR	NR	NR	*	*	*	*	*	*
Atividade extra-curricular/ organização de eventos	6	23	23	35	6	6	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Participação em reuniões para avaliação	00	35	29	12	18	6	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Comprometimento com o trabalho de seu setor	00	12	6	12	59	12	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Motivação para o trabalho	00	18	18	12	47	6	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Participação na elaboração de projetos institucionais	NR	NR	NR	NR	NR	NR	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*

na- não atendido/25-atendido em até 25%/50-atendido em até 50%/75-atendido em até 75%/100-atendido em até 100%/nap-não se aplica
**Questão não investigada neste segmento.

Observa-se que de maneira geral, nesta dimensão a insatisfação maior está em itens que se referem a participação coletiva dos atores envolvidos.

5. Dimensão 7: Infra-estrutura física, biblioteca e recursos de informação

Nesta dimensão - Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação, a consulta foi realizada a partir de:

➤ Adequação da infra-estrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática e outros), em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

Tabela 09 – INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DE ENSINO, PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ASPECTOS AVALIADOS	Professores (%)						Alunos (%)						Técnicos (%)					
	na	25	50	75	100	nap	na	25	50	75	100	nap	na	25	50	75	100	nap
Condições físicas da sala de aula	00	6	23	29	29	12	00	00	17	8	58	17	*	*	*	*	*	*
Disponibilidade de recursos áudio visual	00	12	23	29	23	12	00	00	33	33	25	8	*	*	*	*	*	*
Condições das instalações para aulas práticas	12	23	12	35	00	18	00	00	25	33	17	25	*	*	*	*	*	*
Local para realização das atividades docentes	12	18	18	29	6	18	00	00	42	17	33	8	*	*	*	*	*	*
Instalações sanitárias	00	12	18	41	12	18	00	00	17	25	50	8	NR	NR	NR	NR	NR	NR
Local de convívio social	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	*	*	*	*	*	*
Condições físicas da administração	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	*	*	*	*	*	*
Condições físicas da biblioteca	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR
Organização e acesso ao acervo	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	*	*	*	*	*	*
Quantidade de livros indicados para disciplina	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	*	*	*	*	*	*
Material bibliográfico complementar	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	*	*	*	*	*	*
Computadores para acesso a internet	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	*	*	*	*	*	*
Horário de funcionamento	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	*	*	*	*	*	*

na- não atendido/25-atendido em até 25%/50-atendido em até 50%/75-atendido em até 75%/100-atendido em até 100%/nap-não se aplica
*Questão não investigada neste segmento.

1. Em relação a estrutura física da instituição, os entrevistados demonstram um grau de satisfação positivo, principalmente em relação ao posicionamento dos alunos, para atender as necessidades do ensino o IFRR conta com laboratórios técnicos e ambientes de aprendizagem específicos que possibilitam a articulação da teoria com a prática no desenvolvimento das atividades de ensino, o IFRR ampliou também a quantidade de salas, computadores e equipamentos de informática a fim de contribuir para o bom funcionamento administrativo com relação a biblioteca, houve a expansão e atualização do acervo que hoje no Campus Boa vista, conta com 14.656 exemplares e 6.430 títulos distribuídos nas áreas pertinentes aos cursos ofertados por esta Instituição. A biblioteca da Unidade – Sede possui um setor destinado à pesquisa virtual onde o estudante tem

acesso a pesquisa à internet e ambiente para digitação de trabalhos escolares, ambiente com cabines para estudos individuais, ambiente para o desenvolvimento de estudos em grupo, duas salas de teleconferência, sala de processamento técnico, ambiente para restauração do acervo e balcão de atendimento.

Atualmente, o acesso ao acervo conta com controle interno para garantia e preservação do mesmo, este realizado através de software eletrônico. Entretanto, o gerenciamento de informações para agilização e a otimização dos serviços são efetuados pelo software qualidata. Nosso acervo apresentou uma circulação média de 44.538 consultas anuais entre consultas locais e domiciliares. O atendimento ao público é diariamente das 8h às 22h30min e aos sábados das 8h às 12h, essa ação beneficiou também a Unidade de Ensino Descentralizada – UNED Novo Paraíso, com transferência de parte de nosso acervo bem como das aquisições que foram disponibilizados para consulta aos alunos da mesma, garantindo assim apoio ao processo de aprendizagem.

5.8 Dimensão 8: Planejamento e avaliação

Nesta dimensão - planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional, observou-se:

- Adequação e efetividade do planejamento geral da instituição e sua relação com o PPP e com os projetos pedagógicos dos cursos;
- Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas;

Através da análise documental detectou-se:

5.8.1 – Fragilidades

- *Marketing e a motivação dos alunos;
- *Necessidade de melhoria dos aspectos pedagógicos e administrativo da instituição

5.8.2 – Potencialidades

- * Indicar propósito e sugestões para aperfeiçoamento das ações de ensino, pesquisa e extensão
- *Participação dos alunos e servidores
- *Realização do encontro anual dos servidores para a avaliação global da instituição

Para o estudo desta dimensão utilizou-se além da análise documental, a aplicação de questionários (em anexo), sintetizados na tabela abaixo:

Tabela 10 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

ASPECTOS AVALIADOS	Professores (%)						Alunos (%)						Técnicos (%)					
	na	25	50	75	100	nap	na	25	50	75	100	nap	na	25	50	75	100	Nap
Adequação e efetividade em relação ao PPP e projeto de cursos	6	12	37	25	00	19	9	00	36	27	9	18	*	*	*	*	*	*
Avaliação geral do corpo docente	*	*	*	*	*	*	00	00	36	54	00	9	*	*	*	*	*	*
Avaliação geral do curso	*	*	*	*	*	*	00	00	27	64	00	9	*	*	*	*	*	*
Avaliação e acompanhamento do planejamento institucional	6	12	44	19	00	19	9	00	36	27	9	18	*	*	*	*	*	*

na- não atendido/25-atendido em até 25%/50-atendido em até 50%/75-atendido em até 75%/100-atendido em até 100%/nap-não se aplica

*Questão não investigada neste segmento.

Diante das respostas aos questionários, observa-se que:

- 1.Em relação aos professores, observa-se que a maioria percebe a adequação e efetividade em relação do Projeto Político Pedagógico da instituição e o projeto dos demais cursos e também conhecem que há avaliação e acompanhamento institucional do processo como todo.
- 2.Em relação aos alunos do curso superior, avaliam de forma bastante positivo tanto a atuação dos professores quanto dos curso e de forma regular a efetividade e avaliação dos processos.
- 3.Em relação aos técnicos, no questionário que responderam não continha questões que abordassem este tema.

Nesta dimensão, os segmentos demonstram satisfação de grau médio, principalmente os alunos muito provavelmente em decorrência do desconhecimento de documentos importantes que tem em sua essência a necessidade de serem construídos de forma coletiva ou pelo menos periodicamente validados pela comunidade interna.

5.9 Dimensão 9: Políticas de atendimento aos estudantes

Em relação a dimensão – atendimento aos estudantes, foram questionadas:

- Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaços de participação e convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social;
- Acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada.

Através da análise documental detectou-se:

5.9.1 – Fragilidades

- *Número reduzido de vagas;
- *Necessidade de ampliar as bolsas.

5.9.2 – Potencialidades

- *Programa de alunos bolsistas, cuja finalidade e atender aos alunos que apresentam um alto grau de carência socioeconômica.

*Programa de fardamento escolar tendo como finalidade, garantir fardamento

*Programa de livro didático que beneficia os alunos do 1º ano do ensino médio nas disciplinas de matemática e língua portuguesa.

*Programa de atendimento médico odontológico.

Para o estudo desta dimensão utilizou-se além da análise documental, a aplicação de questionários (em anexo), sintetizados na tabela abaixo:

Tabela 11 – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

ASPECTOS AVALIADOS	Professores (%)						Alunos (%)						Técnicos (%)					
	na	25	50	75	100	nap	na	25	50	75	100	nap	na	25	50	75	100	Nap
Acesso, seleção e permanência de estudantes	00	12	50	19	6	12	18	00	36	36	00	9	*	*	*	*	*	*
Acompanhamento de egressos	12	44	12	12	6	12	9	00	54	27	00	9	*	*	*	*	*	*
Programa de bolsas para alunos	00	37	19	19	00	25	9	9	45	18	9	9	*	*	*	*	*	*
Adequação do perfil do egresso exigido no mercado de trabalho	*	*	*	*	*	*	9	00	45	27	9	9	*	*	*	*	*	*
Atividade extra-curriculares para formação de alunos	12	37	31	6	6	6	9	18	27	18	9	18	*	*	*	*	*	*

na- não atendido/25-atendido em até 25%/50-atendido em até 50%/75-atendido em até 75%/100-atendido em até 100%/nap-não se aplica

*Questão não investigada neste segmento.

Diante das respostas aos questionários, observa-se que:

1.Em relação aos professores, observa-se que a maioria aponta como regular a maneira de como é realizada a seleção, acesso e permanência dos alunos e como insatisfatório o acompanhamento de egressos, as bolsas e as atividades extra-curriculares para formação de alunos.

2.Em relação aos alunos do curso superior, avaliam de forma positiva tanto a forma de seleção, acesso e permanência, acompanhamento de egressos, as bolsas e adequação do perfil profissional.

3.Em relação aos técnicos, no questionário que responderam não continha questões que abordassem este tema.

5.10 Dimensão 10: Sustentabilidade financeira

Nesta dimensão - Sustentabilidade financeira, foi observada a partir de:

➤Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos;

➤Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão

Tabela 12 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

ASPECTOS AVALIADOS	Professores (%)						Alunos (%)						Técnicos (%)					
	na	25	50	75	100	nap	na	25	50	75	100	nap	na	25	50	75	100	Nap
Sustentabilidade financeira da instituição	19	19	25	31	00	6	00	00	45	45	00	9	*	*	*	*	*	*
Aplicação dos recursos para ensino, pesquisa e extensão	25	12	50	00	00	12	9	9	45	27	00	9	*	*	*	*	*	*
Participação de programas do MEC	NR	NR	NR	NR	NR	NR	18	9	36	27	00	9	*	*	*	*	*	*

na- não atendido/25-atendido em até 25%/50-atendido em até 50%/75-atendido em até 75%/100-atendido em até 100%/nap-não se aplica
*Questão não aplicada a este segmento.

Diante das respostas aos questionários, observa-se que:

1. Em relação aos professores, observa-se que a maioria aponta como satisfatória a condução da gestão e sustentabilidade financeira.
2. Em relação aos alunos do curso superior, avaliam também de forma positiva a sustentabilidade financeira da instituição.
3. Em relação aos técnicos, no serem questionário que responderam não tinha questões que abordassem esse tema.

OBS. Vamos tentar por esses anexos do relatório em PDF, haja vista, está disforme ao passar para doc. E na sua copia não constava.

ANEXOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE RORAIMA

AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

INSTRUMENTO A1 AVALIAÇÃO GLOBAL

GRUPO: PROFESSORES

Prezado (a) professor (a)

Efetivando a auto-avaliação do IFRR, regulamentada pelo SINAES, contamos com a sua colaboração no preenchimento do presente instrumento avaliativo, cujo objetivo é obter sua opinião sobre diversos aspectos da instituição, desde sua missão até as ações da gestão, visando o contínuo aperfeiçoamento e melhoria da qualidade de ensino.

Sua participação é de fundamental importância!

QUESTIONÁRIO

LEGENDA.

0 Não atendido

1 Atendido em até 25%

2 Atendido em até 50%

3 Atendido em até 75%

4 Atendido em 100%

NA Não se aplica.

DIMENSÃO 1: Missão e Plano de Desenvolvimento institucional

1. Conhecimento das normas e regulamentos do CEFET-RR. 0 1 2 3 4 NA
2. Conhecimento sobre o plano de desenvolvimento institucional. 0 1 2 3 4 NA
3. Conhecimento da missão da instituição. 0 1 2 3 4 NA
4. Articulação do Projeto político pedagógico com o PDI .0 1 2 3 4 NA

DIMENSÃO 2: Política para ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão, incluindo as bolsas de pesquisa.

QUANTO AO ENSINO

1. Participação em atividades da instituição nos últimos 2 anos: 0 1 2 3 4 NA
 - a) No ensino 0 1 2 3 4 NA
 - b) Bancas de concursos 0 1 2 3 4 NA
 - c) Orientação de alunos (estágio, iniciação científica, trabalho de fim de curso, monitoria) 0 1 2 3 4 NA

2. Conhecimento sobre o plano/projeto do curso. 0 1 2 3 4 NA
3. Conhecimento dos objetivos do curso para o qual a disciplina é ministrada. 0 1 2 3 NA
4. Conhecimento do perfil do profissional formado pelo curso e exigido pelo mercado de trabalho 0 1 2 3 4 NA
5. Adequação do horário de funcionamento do curso às necessidades dos alunos. 0 1 2 3 4 NA
6. Integração entre ensino, pesquisa e extensão. 0 1 2 3 4 NA
7. Adequação das disciplinas do curso ao perfil do egresso apontado pelo currículo do curso. 0 1 2 3 4 NA
8. Incentivo a participação de cursos de capacitação para funcionários. 0 1 2 3 4 NA
9. Apresentação e discussão do plano de ensino com os alunos.
10. Coerência dos objetivos e conteúdos com a formação dada pelo curso. 0 1 2 3 4 NA
11. Adequação da carga horária da disciplina 0 1 2 3 4 NA
12. É pontual e assíduo em suas aulas. 0 1 2 3 4 NA
13. Expõe o conteúdo de suas aulas utilizando outras metodologias, além da aula expositiva (pesquisa, trabalho independente, seminários, leituras, etc). 0 1 2 3 4 NA
14. Relaciona os conteúdos com o contexto social/tecnológico. 0 1 2 3 4 NA
15. Incentiva o pensamento crítico-reflexivo dos alunos. 0 1 2 3 4 NA
16. Integraliza a teoria com a prática. 0 1 2 3 4 NA
17. Relaciona-se com o aluno para favorecer o processo ensino-aprendizagem. 0 1 2 3 4 NA
18. Quanto aos alunos existe pontualidade e assuidade nas aulas. 0 1 2 3 4 NA
19. Existe, por parte dos discentes, motivação em participar das atividades da disciplina. 0 1 2 3 4 NA
20. Possuem requisitos básicos para acompanhar a disciplina. 0 1 2 3 4 NA
21. Cumprem os prazos estipulados para a entrega das tarefas propostas. 0 1 2 3 4 NA

QUANTO A PESQUISA.

1. Horário para realização de pesquisa. 0 1 2 3 4 NA
2. Incentivo para participação em eventos para a divulgação da pesquisa. 0 1 2 3 4 NA
3. Promoção de bolsa de pesquisa para professores. 0 1 2 3 4 NA
4. Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas. 0 1 2 3 4 NA
5. Vínculo e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local e regional. 0 1 2 3 4 NA

QUANTO A PÓS-GRADUAÇÃO

1. Políticas institucionais para a criação, expansão e manutenção da pós-graduação. 0 1 2 3 4 NA
2. Qualidade dos cursos de pós-graduação existentes. 0 1 2 3 4 NA

QUANTO A EXTENSÃO

1. Políticas institucionais de extensão
2. Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demanda local. 0 1 2 3 4 NA
3. Desenvolvimento de projetos de extensão para a comunidade. 0 1 2 3 4 NA

Dimensão 3: A responsabilidade social (inclusão, meio ambiente, cultura e produção artística)

QUANTO A INCLUSÃO

1. Oferta de cursos para viabilização da inclusão social. 0 1 2 3 4 NA
2. Realização de ações sociais. 0 1 2 3 4 NA
3. Realização junto aos seus alunos de ações sociais. 0 1 2 3 4 NA
4. Capacitação para trabalhar com alunos que têm deficiência. 0 1 2 3 4 NA
5. Programas para alunos estagiários. 0 1 2 3 4 NA
6. Programa de fardamento escolar 0 1 2 3 4 NA
7. Programa de atendimento médico-odontológico. 0 1 2 3 4 NA
8. Programas de inclusão digital. 0 1 2 3 4 NA
9. Projetos para a realização da educação indígena. 0 1 2 3 4 NA
10. Programas de inclusão de jovens e adultos. 0 1 2 3 4 NA

QUANTO AO MEIO AMBIENTE

1. Desenvolvimento de ações para a preservação do meio ambiente. 0 1 2 3 4 NA
- QUANTO A CULTURA E A ARTE.**

1. Laboratório de artes. 0 1 2 3 4 NA
 2. Incentivo ao desenvolvimento de atividades artísticas. 0 1 2 3 4 NA
 3. Participação da comunidade acadêmica nas atividades culturais. 0 1 2 3 4 NA⁵⁸
- Dimensão 4: A comunicação com a sociedade.
 Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreira do corpo docente
 Dimensão 6: Organização e gestão da instituição

1. Estratégias, recursos e qualidade da comunicação externa e interna. 0 1 2 3 4 NA
2. Utilização de meios de comunicação (rádio, televisão) para a divulgação de eventos institucionais. 0 1 2 3 4 NA
3. Publicação de notícias (site, outdoor, revistas, jornais) 0 1 2 3 4 NA
1. Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida para os docentes. 0 1 2 3 4 NA
2. Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional. 0 1 2 3 4 NA
3. Setor de Recursos Humanos 0 1 2 3 4 NA
4. Quantidade de recursos humanos. 0 1 2 3 4 NA
5. Agilidade e qualidade na solução de problemas administrativos (tramitação, pagamento, compras). 0 1 2 3 4 NA

QUANTO A GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

1. Adequação da atual estrutura administrativa ao funcionamento do CEFET-RR. 0 1 2 3 4 NA
 2. Desempenho da gestão atual. 0 1 2 3 4 NA
 3. Modos de participação dos atores na gestão. 0 1 2 3 4 NA
 4. Existência de um plano de gestão e/ou metas. 0 1 2 3 4 NA
- QUANTO AO DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE CURSO.**

1. Existência de acompanhamento e orientação por parte do Departamento acadêmico/coordenação de curso. 0 1 2 3 4 NA
2. Distribuição de atividades docentes no seu departamento é adequada. 0 1 2 3 4 NA
3. Desenvolvimento das atribuições do chefe de departamento. 0 1 2 3 4 NA
4. Desenvolvimento das atribuições do coordenador de curso. 0 1 2 3 4 NA
5. Debate e análise dos assuntos acadêmicos de forma colegiada na coordenação ou departamento. 0 1 2 3 4 NA
6. Atendimento por parte da secretaria da diretoria ou departamento. 0 1 2 3 4 NA
7. Conhecimento das atribuições do coordenador de curso.
8. Conhecimento das atividades do colegiado do curso/conselho de curso.
9. Atuação do coordenador do colegiado de acordo com as necessidades exigidas pelo curso.

QUANTO A SUA PARTICIPAÇÃO NA VIDA INSTITUCIONAL

- 1. Participação em órgãos do colegiado 0 1 2 3 4 NA**
- 2. Atividade extra-curricular/organização de eventos 0 1 2 3 4 NA**
- 3. Participação em reuniões para planejar e avaliar atividades do setor.0 1 2 3 4 NA**
- 4. Comprometimento com o trabalho do seu setor. 0 1 2 3 4 NA**
- 5. Motivação para o trabalho 0 1 2 3 4 NA**
- 6. Participação na elaboração de projetos institucionais. 0 1 2 3 4 NA 59**

Dimensão 7: Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação.

Dimensão 9: Estudantes

QUANTO INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

- 1. Condições físicas das salas de aula quanto: ventilação, iluminação, acústica, mobiliário, limpeza. 0 1 2 3 4 NA**
 - 2. Disponibilização dos recursos de áudio visual. 0 1 2 3 4 NA**
 - 3. Condições das instalações para as aulas práticas (laboratórios, oficinas, ateliês e laboratórios de línguas). 0 1 2 3 4 NA**
 - 4. Local para realização das atividades docentes (estudos, atendimento a aluno, orientação, espaço livre). 0 1 2 3 4 NA**
 - 5. Instalações sanitárias. 0 1 2 3 4 NA**
 - 6. Local de convívio social. 0 1 2 3 4 NA**
 - 7. Condições físicas da administração. 0 1 2 3 4 NA**
 - 8. Condições físicas da biblioteca. 0 1 2 3 4 NA**
 - 9. Organização e acesso ao acervo. 0 1 2 3 4 NA**
 - 10. Quantidade de livros e textos indicados para a sua disciplina.0 1 2 3 4 NA**
 - 11. Material bibliográfico complementar (periódico, revistas, CD, videoteca). 0 1 2 3 4 NA**
 - 12. Computadores para o acesso à internet. 0 1 2 3 4 NA**
 - 13. Horário de funcionamento. 0 1 2 3 4 NA**
 - 14. Condição física geral da instituição. 0 1 2 3 4 NA**
 - 15. Condição física para a pesquisa e extensão.**
 - 1. Adequação e efetividade do planejamento geral da instituição e sua relação com o PPP e com os projetos pedagógicos do curso. 0 1 2 3 4 NA**
 - 2. Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas. 0 1 2 3 4 NA**
 - 1. Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaços de participação e convivência) e sua relação com as políticas e o contexto social. 0 1 2 3 4 NA**
 - 2. Acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada. 0 1 2 3 4 NA**
 - 3. Programas de bolsas para alunos. 0 1 2 3 4 NA**
 - 4. Atividades extra-curriculares para a formação dos alunos.0 1 2 3 4 NA**
- Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.**
- 1. Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de capacitação e alocação de recursos. 0 1 2 3 4 NA**
 - 2. Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão. 0 1 2 3 4 NA**
 - 3. Participação de programas de financiamentos promovidos pelo MEC. 0 1 2 3 4 NA 61**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE RORAIMA**

AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

INSTRUMENTO A1 AVALIAÇÃO GLOBAL

GRUPO: DISCENTES

Prezado (a) aluno (a)

Efetivando a auto-avaliação do CEFET-RR, regulamentada pelo SINAES, contamos com a sua colaboração no preenchimento do presente instrumento avaliativo, cujo objetivo é obter sua opinião sobre diversos aspectos da instituição, desde sua missão até as ações da gestão, visando o contínuo aperfeiçoamento e melhoria da qualidade de ensino.

Sua participação é de fundamental importância!

QUESTIONÁRIO LEGENDA.

0 Não atendido

1 Atendido em até 25%

2 Atendido em até 50%

3 Atendido em até 75%

4 Atendido em 100%

NA Não se aplica.

DIMENSÃO 1: Missão e Plano de Desenvolvimento institucional

1. Conhecimento das normas e regulamentos do CEFET-RR. 0 1 2 3 4 NA

2. Conhecimento sobre o plano de desenvolvimento institucional. 0 1 2 3 4 NA

3. Conhecimento da missão da instituição. 0 1 2 3 4 NA

4. Conhecimento sobre o manual do estudante. 0 1 2 3 4 NA 62

DIMENSÃO 2: Política para ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão, incluindo as bolsas de pesquisa.

QUANTO AO ENSINO

22. Participação em atividades da instituição nos últimos 2 anos, como estágios e atividades extra-curriculares. 0 1 2 3 4 NA

2. Conhecimento sobre o plano/projeto do curso. 0 1 2 3 4 NA

3. Conhecimento do perfil do profissional formado pelo curso e exigido pelo mercado de trabalho 0 1 2 3 4 NA

4. Adequação do horário de funcionamento do curso às necessidades dos alunos. 0 1 2 3 4 NA

5. Integração entre ensino, pesquisa e extensão 0 1 2 3 4 NA

6. Adequação das disciplinas do curso ao perfil do egresso apontado pelo currículo do curso. 0 1 2 3 4 NA

7. Apresentação e discussão do plano de ensino com os alunos 0 1 2 3 4 NA

8. Adequação da carga horária da disciplina e ou componente curricular. 0 1 2 3 4 NA

9. O professor é pontual e assíduo em suas aulas. 0 1 2 3 4 NA

10. Você é pontual e assíduo em suas aulas. 0 1 2 3 4 NA

11. O professor expõe o conteúdo de suas aulas utilizando outras metodologias, além da aula expositiva (pesquisa, trabalho independente, seminários, leituras, etc).

0 1 2 3 4 NA

12. O professor relaciona os conteúdos com o contexto social/tecnológico

13. O professor incentiva o pensamento crítico-reflexivo dos alunos. 0 1 2 3 4 NA

14. Existe a integração entre a teoria e a prática. 0 1 2 3 4 NA

15. Contribuição das atividades acadêmicas desenvolvidas para a formação dos alunos.

16. Relaciona-se com o aluno para favorecer o processo ensino-aprendizagem.

0 1 2 3 4 NA

17. Existe, por parte dos discentes, motivação em participar das atividades da disciplina. 0 1 2 3 4 NA

18. Cumprem os prazos estipulados para a entrega das tarefas propostas. 0 1 2 3 4 NA

19. Diretoria de ensino, gerência de cursos, coordenação de cursos. 0 1 2 3 4 NA

20. COTUR 0 1 2 3 4 NA

21. CAES 0 1 2 3 4 NA

22. CORES. 0 1 2 3 4 NA

QUANTO A PESQUISA.

6. Horário para realização de pesquisa. 0 1 2 3 4 NA

7. Incentivo para participação em eventos para 0 1 2 3 4 NA a divulgação da pesquisa.

8. Promoção de bolsa de pesquisa para alunos (iniciação científica). 0 1 2 3 4 NA

9. Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas. 0 1 2 3 4 NA

QUANTO A PÓS-GRADUAÇÃO

3. Políticas institucionais para a criação, expansão e manutenção da pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). 0 1 2 3 4 NA

4. Qualidade dos cursos de pós-graduação existentes. 0 1 2 3 4 NA

QUANTO A EXTENSÃO

4. Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa. 0 1 2 3 4 NA

5. Desenvolvimento de projetos de extensão para a comunidade. 0 1 2 3 4 NA

6. Monitoria 0 1 2 3 4 NA

7. Empresa júnior 0 1 2 3 4 NA

Dimensão 3: A responsabilidade social (inclusão, meio ambiente, cultura e produção artística)

QUANTO A INCLUSÃO

11. Oferta de cursos para viabilização da inclusão social. 0 1 2 3 4 NA

12. Realização junto aos alunos de ações sociais. 0 1 2 3 4 NA

13. Inclusão de pessoas com deficiência. 0 1 2 3 4 NA

14. Programas para alunos estagiários. 0 1 2 3 4 NA

15. Programa de fardamento escolar 0 1 2 3 4 NA

16. Programa de atendimento médico-odontológico. 0 1 2 3 4 NA

17. Programas de inclusão digital. 0 1 2 3 4 NA

18. Projetos para a realização da educação indígena. 0 1 2 3 4 NA

19. Programas de inclusão de jovens e adultos. 0 1 2 3 4 NA

20. Programas de intercâmbio, parcerias e convênios com outras instituições. 0 1 2 3 4 NA

QUANTO AO MEIO AMBIENTE

2. Desenvolvimento de ações para a preservação do meio ambiente. 0 1 2 3 4 NA

QUANTO A CULTURA E A ARTE.

4. Laboratório de artes. 0 1 2 3 4 NA

5. Incentivo ao desenvolvimento de atividades artísticas. 0 1 2 3 4 NA

6. Participação da comunidade acadêmica nas atividades culturais. 0 1 2 3 4 NA 64

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade.

Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreira do corpo docente

Dimensão 6: Organização e gestão da instituição

4. Estratégias, recursos e qualidade da comunicação externa e interna. 0 1 2 3 4 NA
5. Utilização de meios de comunicação (rádio, televisão) para a divulgação de eventos institucionais. 0 1 2 3 4 NA
6. Publicação de notícias (site, outdoor, revistas, jornais) 0 1 2 3 4 NA
6. Setor de Recursos Humanos 0 1 2 3 4 NA
7. Quantidade de recursos humanos. 0 1 2 3 4 NA
8. Agilidade e qualidade na solução de problemas administrativos (trancamento de matrículas, aproveitamento de disciplinas e/ou componente curricular). 0 1 2 3 4 NA

QUANTO A GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

5. Adequação da atual estrutura administrativa ao funcionamento do CEFET-RR. 0 1 2 3 4 NA

6. Desempenho da gestão atual. 0 1 2 3 4 NA

7. Modos de participação dos atores na gestão. 0 1 2 3 4 NA

8. Existência de um plano de gestão e/ou metas. 0 1 2 3 4 NA

QUANTO AO DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE CURSO.

10. Existência de acompanhamento e orientação por parte do Departamento acadêmico/coordenação de curso. 0 1 2 3 4 NA

11. Desenvolvimento das atribuições do chefe de departamento. 0 1 2 3 4 NA

12. Desenvolvimento das atribuições do coordenador de curso. 0 1 2 3 4 NA

13. Atividades do colegiado de curso. 0 1 2 3 4 NA

14. Atendimento por parte da secretaria da diretoria ou departamento. 0 1 2 3 4 NA

15. Conhecimento das atribuições do coordenador de curso. 0 1 2 3 4 NA

16. Conhecimento das atividades do colegiado do curso/conselho de curso. 0 1 2 3 4 NA

17. Atuação do coordenador do colegiado de acordo com as necessidades exigidas pelo curso. 0 1 2 3 4 NA

18. Apoio técnico e pedagógico em busca de melhorias. 0 1 2 3 4 NA ⁶⁵

Dimensão 7: Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação.

Dimensão 9: Estudantes

QUANTO INFRA-ESTRUTURA FÍSICA

16. Condições físicas das salas de aula quanto: ventilação, iluminação, acústica, mobiliário, limpeza. 0 1 2 3 4 NA

17. Disponibilização dos recursos de áudio visual. 0 1 2 3 4 NA

18. Condições das instalações para as aulas práticas (laboratórios, oficinas, ateliês e laboratórios de línguas). 0 1 2 3 4 NA

19. Local para realização das atividades docentes (estudos, atendimento a aluno, orientação, espaço livre). 0 1 2 3 4 NA

20. Instalações sanitárias. 0 1 2 3 4 NA

21. Local de convívio social. 0 1 2 3 4 NA

22. Condições físicas da administração. 0 1 2 3 4 NA

23. Condições físicas da biblioteca. 0 1 2 3 4 NA

24. Organização e acesso ao acervo. 0 1 2 3 4 NA

25. Quantidade de livros e textos indicados para a disciplina. 0 1 2 3 4 NA

26. Material bibliográfico complementar (periódico, revistas, CD, videoteca). 0 1 2 3 4 NA

27. Computadores para o acesso à internet. 0 1 2 3 4 NA

28. Horário de funcionamento da Biblioteca. 0 1 2 3 4 NA

29. Condição física geral da instituição. 0 1 2 3 4 NA

30. Condição física para a pesquisa e extensão. 0 1 2 3 4 NA

3. Adequação e efetividade do planejamento geral da instituição e sua relação com o PPP e com os projetos pedagógicos do curso. 0 1 2 3 4 NA

4. Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas. 0 1 2 3 4 NA

5. Avaliação geral do corpo docente.
6. Avaliação geral do curso.
5. Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaços de participação e convivência) e sua relação com as políticas e o contexto social. 0 1 2 3 4 NA
6. Acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada. 0 1 2 3 4 NA
7. Programas de bolsas para alunos. 0 1 2 3 4 NA
8. Atividades extra-curriculares para a formação dos alunos. 0 1 2 3 4 NA
9. Adequação do perfil do egresso exigido no mercado de trabalho. 66
- Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.**
4. Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de capacitação e alocação de recursos. 0 1 2 3 4 NA
5. Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão. 0 1 2 3 4 NA
6. Participação de programas de financiamentos promovidos pelo MEC. 0 1 2 3 4 NA

² Dados populacionais extraídos do documento Perfil Sócio Econômico de Roraima, elaborado pela Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico, abril de 2003

³ Dados de matrícula extraídos do MEC/INEP/ Censo Escolar de 2003, fonte: IBGE